

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de Junho de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período de três meses findo em 30 de junho de 2018 foram divulgadas simultaneamente no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

O Banco Santander destaca que os últimos meses apresentaram muita volatilidade no mercado brasileiro, com forte movimento na taxa de câmbio, bolsa de valores, curva de juros, entre outros ativos. Na visão do Banco, essas mudanças refletiram tanto aspectos domésticos quanto internacionais. No cenário global, o Santander avalia que as discussões comerciais entre Estados Unidos e China ainda não chegaram a uma conclusão e têm sido um dos principais motivos para o aumento da aversão à ação do mundo. Além disso, na visão do Banco, os dados positivos da economia americana levam o mercado a alimentar expectativas de altas adicionais dos juros por lá, impactando países emergentes, inclusive o Brasil. A combinação desses fatores, na análise do Santander, explica o movimento de fortalecimento do Dólar em relação à maioria das moedas, inclusive o Real.

No que diz respeito aos fatores internos, o Banco Santander acredita que as incertezas sobre o quadro eleitoral continuam como um dos principais motivos por trás das oscilações nos mercados. Como exemplo, a taxa de câmbio teve desvalorização superior a 15% no segundo trimestre, levando o Banco a realizar intervenções (principalmente no mês de julho, via oferta superior a US\$35 bilhões em swaps cambiais) para mitigar os movimentos da moeda. O Santander segue prevendo que a taxa de câmbio encerrará 2018 a R\$/US\$50, devido à dissipação das incertezas com as eleições, mas com muitas oscilações até lá.

Já sobre a atividade produtiva, o Banco ressalta que as projeções do mercado têm sido revisadas para baixo, principalmente, após a paralisação do transporte de cargas que ocorreu no final de maio. Mas, na visão do Santander, isso não quer dizer que haverá recessão na economia brasileira; a expectativa ainda é de crescimento, mas não deve acontecer de forma mais lenta do que era esperado no início do ano. Com isso, o Santander reforça que a elevada ociosidade dos fatores de produção na economia doméstica não deverá ser eliminada nos próximos trimestres, o que sustenta o cenário de inflação dentro da meta neste e no próximo ano e, consequentemente, manutenção da taxa Selic em patamares baixos por mais algum tempo. O Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente no segundo semestre de 2019. As expectativas do Banco para o final deste e do próximo ano são de 6,50% a.a. e 7,50% a.a., respectivamente. Essas projeções de inflação e juros baseiam-se no Banco Santander tem como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. De fato, o Santander reforça a avaliação de que a disposição e capacidade do próximo governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país entre em uma trajetória de desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho

2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R\$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	39.604,9	39.726,6	-0,3	20.414,7	19.190,3	6,4
Despesas da Intermediação Financeira (30.239,9)	(27.196,0)		11,2	(18.307,4)	(11.932,5)	53,4
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ⁽¹⁾	9.365,0	12.530,7	-25,3	2.107,2	7.257,8	-71,0
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽²⁾	(4.462,9)	(6.424,5)	-30,5	(2.046,8)	(2.416,1)	-15,3
Resultado Operacional	4.902,1	6.106,1	-19,7	60,4	4.841,7	-98,8
Resultado não Operacional	27,3	(278,1)	-109,8	14,7	12,6	17,3
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.929,4	5.828,1	-15,4	75,1	4.854,2	-98,5
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	1.936,1	(1.268,9)	-252,6	3.421,0	(1.484,9)	-330,4
Participações no Lucro	(900,1)	(664,9)	35,4	(433,8)	(466,3)	-7,0
Participações dos Acionistas Minoritários	(173,4)	(190,3)	-8,9	(90,1)	(83,3)	8,2
Lucro Líquido Societário	5.791,9	3.703,9	56,4	2.972,2	2.819,7	5,4
Exclusão da despesa com amortização do ágio ⁽²⁾	139,2	911,5	-84,7	69,8	69,4	0,6
Lucro Líquido Excluindo Amortização do Ágio	5.931,1	4.615,4	28,5	3.042,0	2.889,1	5,3

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto da Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R\$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	9.365,0	12.530,7	-25,3	2.107,2	7.257,8	-71,0
IR/CSLL (hedge)	5.420,1	630,1	760,2	5.269,6	150,5	3.401,4
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado	14.785,1	13.160,8	12,3	7.376,8	7.408,3	-0,4

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R\$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.936,1	(1.268,9)	-252,6	3.421,0	(1.484,9)	-330,4
IR/CSLL (hedge)	(5.420,1)	(630,1)	760,2	(5.269,6)	(150,5)	3.401,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado	(3.484,0)	(1.899,0)	83,7	(1.848,6)	(1.635,4)	13,0

1) Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC
O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Financeiro de Crédito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária na Espanha), que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fomento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco Santander utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN, LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Varição Cambial	6.566,1	770,2	752,5	6.382,2	183,9	3.370,5
Instrumentos Financeiros Derivativos	(12.462,9)	(1.468,6)	748,6	(12.112,2)	(350,7)	3.353,7
IR/CSLL	5.420,1	630,1	760,2	5.269,6	150,5	3.401,4
PIS/Cofins - Despesas tributárias	476,4	68,3	597,4	460,1	16,3	2.722,7

2) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Comissões - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias apresentou crescimento de 12,1%, principalmente, em função do aumento da base de clientes e maior vinculação. Destaque para: (a) comissão de cartão de crédito/débito e Serviços Adquirentes, com crescimento de 17,8%, devido principalmente, ao aumento do faturamento tanto de cartões quanto dos serviços de aquisição; (b) Serviços de Conta Corrente, com aumento de 16,2%, influenciada pelo aumento da base de clientes e a maior transacionalidade; e (c) Comissões com Seguros, com aumento de 10,2%, acompanhando a dinâmica de crédito.

Comissões (Principais Destaques) (R\$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Cartão de Crédito/Débito e Serviços Adquirentes	2.722,6	2.312,0	17,8	1.382,4	1.340,2	3,1
Serviços de Conta Corrente	1.624,0	1.398,0	16,2	826,4	797,6	3,6
Comissões com Seguros	1.337,8	1.213,8	10,2	675,7	662,1	2,1

Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio, teve um aumento de 5,4%, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro, aumentaram 4,3% e as outras despesas administrativas, aumentaram 6,4%, todos em comparação com o primeiro semestre de 2017. As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, pelo aumento das despesas variáveis relacionadas a intensidade comercial do Banco Santander. As despesas de pessoal, incluindo participações no lucro, incorreram em aumento devido, principalmente, ao crescimento na distribuição de participações nos lucros, seguindo a meritocracia e desempenho dos negócios.

Despesas Gerais (R\$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação 1T18 vs. 2T18 %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(4.594,9)	(4.405,6)	4,3	(2.286,0)	(2.308,9)	-1,0
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(5.077,2)	(4.773,1)	6,4	(2.580,7)	(2.496,5)	3,4
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(9.672,1)	(9.178,7)	5,4	(4.866,7)	(4.805,4)	1,3

3) Despesa com Amortização do Ágio
A variação foi decorrente, principalmente, do término da amortização do ágio na aquisição do Banco Real, concluída em outubro de 2017, que era o principal ágio amortizado.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %	jun/17	variação anual %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	728.300,3	672.560,6	8,3	640.994,6	13,6
Permanente	10.770,8	11.171,6	-3,6	12.055,9	-10,7
TOTAL DO ATIVO	739.071,1	683.732,2	8,1	653.050,4	13,2
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	673.247,6	621.824,2	8,3	589.129,0	14,3
Resultados de Exercícios Futuros	423,0	511,4	-17,3	519,4	-18,6
Participação dos Acionistas Minoritários	2.075,8	1.896,7	9,4	2.544,5	-18,4
Patrimônio Líquido	63.324,8	59.500,0	6,4	60.857,5	4,1
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	739.071,1	683.732,2	8,1	653.050,4	13,2

(R\$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %	jun/17	variação anual %
Carteira de Crédito	290.478,6	272.562,2	6,6	256.764,6	11,3
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos ⁽¹⁾	187.416,6	171.729,7	9,1	168.390,6	13,1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	53.294,6	46.760,7	14,0	51.599,3	3,3
Relações Interfinanceiras	90.695,2	82.503,8	9,9	68.134,6	33,1

⁽¹⁾ Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$11.226,7 milhões em 30 de junho de 2018 (31/12/2017 - R\$9.579,0 milhões e 30/06/2017 R\$9.490,2 milhões).

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %	jun/17	variação anual %
Pessoa Física ⁽¹⁾	119.836,7	108.115,3	10,8	97.413,6	23,0
Financiamento ao Consumo	45.368,6	41.884,7	8,3	36.988,3	22,7
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	35.319,5	34.287,7	3,0	32.552,2	8,5
Grandes Empresas	89.553,8	88.274,8	1,9	89.810,6	0,2
Total Carteira de Crédito	290.478,6	272.562,2	6,6	256.764,6	13,1
Outras Operações com Riscos de Crédito	77.766,1	75.345,2	3,2	68.249,2	13,9
Total Carteira ampliada (bruta)	368.244,7	347.907,4	5,8	325.013,9	13,3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ⁽²⁾	(18.096,1)	(17.462,0)	3,6	(17.229,0)	5,0
Total Carteira de Crédito (líquida)	350.148,6	330.445,4	6,0	307.784,9	13,8

⁽¹⁾ Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$159.881 em 30 de junho de 2018 (31/12/2017 - R\$144.942).

Em 30 de junho de 2018, os principais destaques foram os segmentos: (a) "Pessoa Física", que apresentou crescimento em ambos os períodos de comparação, 10,8% em comparação a dezembro de 2017 e de 23,0% em comparação a junho de 2017, influenciado, principalmente, pelo crescimento do consignado, em função da forte dinâmica comercial na rede e da experiência do canal digital; (b) "Financiamento ao Consumo", também com crescimento em ambos períodos, sendo 8,3% em comparação a dezembro de 2017 e de 22,7% em comparação a junho de 2017. O desempenho dessa carteira pode ser atribuído em grande parte à plataforma +Negócios e +Veze, que permite o Banco Santander capturar oportunidades no segmento de bens de consumo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 2,8% do total da carteira de crédito em junho de 2018, 0,4 p.p. abaixo em relação a dezembro de 2017 (3,2%) e 0,1 p.p. abaixo quando comparado a junho de 2017 (2,9%). Os indicadores de qualidade da carteira se mantêm sob controle, suportados pela assertividade dos meios de recuperação.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,2% da carteira de crédito em junho de 2018, 6,4% em dezembro de 2017 e 6,7% em junho de 2017.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, foi de R\$5.361,3 milhões e R\$4.626,0 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 15,9%. No primeiro e segundo trimestre de 2018, a despesa foi de R\$2.738,7 e R\$2.622,6, respectivamente, apresentando um aumento de 4,4%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %	jun/17	variação anual %
Depósitos à vista	17.369,3	17.177,0	1,1	16.175,3	7,4
Depósitos de poupança	42.571,0	40.572,4	4,9	37.063,8	14,9
Depósitos a prazo	177.610,7	142.480,7	24,7	122.481,9	45,0
Debêntures/LCI/LCA ⁽¹⁾	53.979,6	70.470,5	-23,4	78.311,4	-31,1
Letras Financeiras/COE	33.348,3	36.918,5	-9,7	46.635,3	-28,5
Total das Captações	324.878,9	307.619,0	5,6	300.667,6	8,1

⁽¹⁾ Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

O total de captações de recursos cresceu 5,6%, comparado a dezembro de 2017, com destaque para o crescimento de Depósitos a prazo.

2.5) Patrimônio Líquido

Em junho de 2018, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 6,4% em comparação a dezembro de 2017.

A variação do Patrimônio Líquido entre junho de 2018 e dezembro de 2017 foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) em montante de R\$824,0 milhões e pelo lucro líquido do período no montante de R\$5.791,9 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$600 milhões e Dividendos Intercalares no montante de R\$600 milhões.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondem, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.

Ações em Tesouraria no Início do Período	jun/18	dez/17	jun/17
Quantidade	Unidades	Quantidade	Unidades
Cancelamento	1.773	-	25.786
Aquisições de Ações	13.478	(32.276)	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.336)	(4.505)	(8.341)
Ações em Tesouraria no Final do Período	10.915	1.773	30.356
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 356.672	R\$ 143.246	R\$ 676.900
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 219	R\$ 194	R\$ 169
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 356.891	R\$ 143.440	R\$ 677.069
Saldo/Valor de Mercado	Unidades	Unidades	Unidades
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado	R\$27,51	R\$24,41	R\$22,30
Custo Máximo	R\$36,98	R\$32,29	R\$32,29
Valor de Mercado	R\$27,64	R\$27,64	R\$25,00

No primeiro semestre de 2018, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	jun/18	dez/17	jun/17
Juros sobre o Capital Próprio	600,0	3.800,0	500,0
Dividendos Intercalares	600,0	2.500,0	0,0
Total	1.200,0	6.300,0	500,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 10 de maio de 2018, a eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para mandato de 1 ano o qual se estenderá até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, a saber: Sra. Deborah Stern Veitias, na qualidade de Coordenadora; Sr. Luiz Carlos Nannini, na qualidade de membro técnico qualificado; Sra. Maria Elena Cardoso Figueira e Sr. Jullio Sergio de Souza Cardozo, na qualidade de membros.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de abril de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 18 de abril de 2018, a exoneração do Sr. Cassius Schymura do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 10 de abril de 2018: (i) a nomeação da Sra. Deborah Stern Veitias para a função de Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia, em substituição ao Sr. José Luciano Duarte Perido, para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2018; (ii) a destituição da Sra. Deborah Stern Veitias da função de Coordenadora do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia; e (iii) a nomeação do Sr. Bernardo Parnes para a função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 27 de março de 2018, a proposta de destaque e pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 16 de março de 2018, a renúncia apresentada pelo Diretor sem designação específica da Companhia Sr. Felipe Pires Guerra de Carvalho.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 5 de março de 2018, a renúncia apresentada pelo Diretor sem designação específica da Companhia Sr. Marcelo Zerbini.

O Conselho de Administração ratificou, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018, a exoneração, em 9 de fevereiro de 2018, da Sra. Maria Eugênia Andrade Lopez Santos, Diretora Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018: (i) conheceu a renúncia apresentada pelo Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia Sr. Alexandre Silva D'Ambrosio; e (ii) aprovou a eleição do Sr. Alessandro Tomao, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 1 de fevereiro de 2018: (i) a eleição dos Srs. Carlos Aguiar Neto, Claudeneu Lopes Duarte, Germanuêla de Almeida de Abreu, Gustavo Alejo Viviani, José Teixeira de Vasconcelos Neto e Rodrigo Curly, na qualidade de Diretores sem Designação Específica, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019; e (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande, como membro do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato complementar até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 3 de janeiro de 2018, a exoneração do Sr. Conrado Engel, Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia.

7) Gestão de Riscos
O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (RAS - Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e de diretor de capital. O Banco Santander está desenvolvendo ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à nova resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação deste relatório.

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos
O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos. Os principais fundamentos que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação à área de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é o fórum de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o Diretor Vice-Presidente de Riscos (VPE de Riscos). As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite ao risco;
- Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhoria, o segmento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Riscos (CR) é responsável pelo controle e acompanhamento de todos os riscos com representantes da gestão do Banco, entre eles o Diretor Vice Presidente Executivo de Riscos e o Diretor Vice-Presidente Executivo de Estratégia e Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um segmento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que porventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital
A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

7.3) Risco de Crédito
Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

7.4) Risco de Mercado
Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outros. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o Banco opera. Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e que não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental
O gerenciamento de risco socioambiental no Santander é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. Até 2017, a análise de risco socioambiental era aplicada ao Banco de Atacado e desde 1º de janeiro de 2018 passou a ser realizada também para clientes do Varejo, do segmento Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo do Banco). O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado. A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna
Os riscos operacionais aumentam se houver inadequação ou falha em processos, sistemas, falhas humanas e/ou de exposição a eventos externos. Essa deficiência inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos. Perdas decorrentes de riscos operacionais podem causar prejuízo financeiro, afetar a continuidade dos negócios e impactar negativamente a imagem do Banco.

Para alcançar os objetivos de gestão e controle dos Riscos Operacionais, foi implementado o Modelo de Gestão de Riscos Operacionais baseado em três linhas de defesa, que visa a melhoria e desenvolvimento contínuos da gestão e controle dos riscos operacionais.

- Primeira Linha de Defesa: contempla todas as áreas de negócios e de suporte do Banco Santander com a responsabilidade de identificar, gerir, mitigar e reportar os riscos operacionais;
- Segunda Linha de Defesa: área de Controle de Risco Operacional e Tecnológico, é responsável pelo monitoramento da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos na organização. Também é responsável por implementar e disseminar a cultura de riscos, definindo metodologias, políticas, ferramentas, treinamentos, requerimentos e procedimentos aplicáveis para a efetiva gestão do risco operacional e por assegurar que há um adequado plano de gestão da continuidade dos negócios, implementado no Banco; e
- Terceira Linha de Defesa: a área de Auditoria Interna é responsável pela revisão e validação independente da gestão de riscos da primeira e segunda linhas de defesa ajudando a promover a melhoria contínua no modelo.

Os objetivos do modelo de gestão e controle do Risco Operacional são:

- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por risco operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional;
- Fornecer o apoio para o processo de tomada de decisões no Banco Santander;
- Assegurar a continuidade dos negócios de maneira sustentável e fortalecer o ambiente de controles internos; e
- Manter o controle da exposição de Riscos Operacionais alinhado com a estratégia de negócio.

Governança envolvida na implementação do modelo de gestão de riscos:

- CCR: tem o objetivo de realizar o segmento holístico e periódico dos riscos que o Banco está exposto e de exercer um controle independente sobre as atividades de gestão de riscos;
- Comitê Operacional de Riscos Operacionais: tem o objetivo de assegurar e estimular o adequado monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais, apoiando na implementação da cultura, metodologias, padrões, políticas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para a efetiva e eficiente gestão e controle dos riscos operacionais.

O modelo adotado auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e na redução das perdas operacionais e está fundamentado nas melhores práticas do mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controles dos riscos operacionais. Assegurando a conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis e a busca contínua do fortalecimento do ambiente de controles internos.

Risco Reputacional
O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, gerado a partir de uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

A gestão do risco reputacional é responsabilidade da área de Compliance, que mantém uma perspectiva geral tanto da percepção dos grupos de interesse como dos possíveis eventos de risco derivados das primeiras linhas de defesa que são controladas e reportadas pela segunda linha. Este modelo de interação global procura garantir a supervisão consolidada do risco reputacional, ao mesmo tempo que se apoia nas funções atuais de forma eficiente.

Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativas, procedimentos e acurramento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

Risco de Segurança Cibernética
Foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças à segurança cibernética que afetam as plataformas tecnológicas e os negócios. O Banco Santander considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27002, como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, correlação de log de atividades, prevenção e remediação de malware e análise de segurança das operações de terceiros. Foram implementados diversos processos, incluindo verificações regulares de conformidade e monitoramento contínuo das atividades de rede pelo Centro de Operações de Segurança. Também são realizadas revisões periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética, incluindo testes periódicos executados por terceiros. Há investimentos constantes em tecnologia e soluções de segurança, bem como treinamentos de usuários e esforços de conscientização. Além disso, existem trocas de informações e experiências sobre segurança cibernética com comunidades de segurança locais e internacionais, tais como empresas de telecomunicações e outras instituições financeiras, atuando como membro da Financial Services - Information Sharing and Analysis Center.

As atividades citadas acima são realizadas pelas áreas de Segurança da Informação e Segurança Cibernética. Esta estrutura apartada permite uma melhor segregação das funções das áreas e permite que cada uma das equipes consiga se concentrar em suas devidas atividades específicas e estratégicas.

Auditoria Interna
A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócios, departamentos e serviços centrais do Banco Santander sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IAI). O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente e aprovou o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2018.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do primeiro semestre de 2018, conforme seu plano anual.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, os programas de trabalho são revisados periodicamente. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

No primeiro semestre de 2018, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2018, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas
Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca, as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander o melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os funcionários trabalharem.

Os funcionários são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com funcionários engajados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios com o Banco Santander e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa composta por 48.008 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca funcionários que se identifiquem com a Cultura Corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, os funcionários do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados a ela.

9) Desenvolvimento Sustentável
A estratégia de Sustentabilidade do Santander é baseada em três pilares que estão alinhados com os negócios e com as prioridades de desenvolvimento do Brasil: (i) Inclusão Social e Financeira, (ii) Educação e (iii) Gestão e Negócios Socioambientais. A partir de uma cultura de risco consistente, da gestão responsável das atividades e da melhoria na experiência dos consumidores, o Banco atua como um agente de transformação, contribuindo para a prosperidade dos negócios, clientes e da sociedade.

Entre os destaques do segundo trimestre de 2018 em relação à Inclusão Social e Financeira estão o Prospera Santander Microcrédito, que é a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil, com base na participação de mercado e valor de carteira, com um desembolso de R\$286,4 milhões (55% a mais do que o desembolsado em 2017 no mesmo período), mais de 233 mil operações ativas e 95,3% de adimplência. No âmbito do Investimento Social Privado, o programa Parceiros em Ação, que apoia o desenvolvimento de microempreendimentos em regiões de baixa renda onde a Prospera Santander Microcrédito está presente, capacitou mais de 150 empreendedores em duas cidades.

O Programa Amigo do Valor, que direciona recursos de funcionários, clientes e do próprio Banco para Fundos de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como meta para 2018 acompanhar o desenvolvimento dos projetos (a serem definidos) para atender crianças e adolescentes em situação de risco social, além de mobilizar recursos para investir nesses projetos para o novo ciclo do programa. No Pilar Educação, com 315 Instituições de Ensino Superior conveniadas, o programa Santander Universidades Brasil concedeu 1.215 bolsas de estudos no segundo trimestre de 2018, destas, 22 são internacionais, 217 são nacionais e 976 são bolsas de emprego.

Em Gestão e Negócios Socioambientais o Banco financiou 1.797 sistemas fotovoltaicos (conversão direta de energia solar em eletricidade), tendo como meta para 2018 financiar um total de 2.000 sistemas, por meio de novas parcerias, divulgações e ofertas pelo Santander Financiamentos. Adicionalmente, o Banco obteve a certificação ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental do Data Center de Campinas, se tornando o primeiro centro de processamento de dados a receber essa certificação no Brasil. Outros dois prédios administrativos do Banco que já eram certificados são a Sede Santander e o Santander Radar.

Dentro da atuação em mudanças climáticas, o Santander está participando pelo segundo ano consecutivo do programa CDP Supply Chain com o objetivo de engajar, aproximadamente, 250 fornecedores para que seus negócios se tornem mais eficientes e preparados para a economia de baixo carbono.

10) Auditoria Independente
A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo de 30 de junho de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers seus serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de junho de 2018, não afetou a independência e a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/07/2018).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco		Consolidado		Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante									
Disponibilidades	4	11.517.424	8.005.900	11.884.321	8.261.170				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	76.505.416	74.029.149	52.907.091	51.344.170				
Aplicações no Mercado Aberto	5	40.289.567	38.923.567	40.289.567	38.929.567				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		26.634.375	23.815.352	3.035.406	1.059.884				
Aplicações em Moedas Estrangeiras		9.581.366	11.384.230	9.582.010	11.384.720				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	81.489.083	58.071.224	93.278.964	64.858.773				
Carteira Própria		24.488.727	24.060.189	36.142.404	26.714.696				
Vinculados a Compromissos de Recompra		48.501.138	30.070.504	38.079.816	22.596.608				
Instrumentos Financeiros Derivativos		6.930.424	3.663.557	13.870.394	11.813.236				
Vinculados ao Banco Central		6.421	9.353	6.301	39.771				
Moedas de Privatização		740	740	835	835				
Vinculados à Prestação de Garantias		1.561.633	266.786	5.121.309	3.693.627				
Relações Interfinanceiras	7	78.923.626	67.472.827	90.429.473	67.861.196				
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		9.889.456	1.865.666	20.989.075	1.865.666				
Créditos Vinculados:		68.999.075	64.625.300	69.421.123	65.013.669				
Depósitos no Banco Central		68.993.634	64.623.451	69.415.682	65.011.820				
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		5.441	1.849	5.441	1.849				
Repasse Interfinanceiros		15.820	956.676	20.989.075	956.676				
Interdependentes		19.275	25.185	19.275	25.185				
Operações de Crédito	8	82.728.461	70.878.854	107.122.473	97.745.448				
Setor Público		4.415	6.223	4.415	6.223				
Setor Privado		86.548.135	74.530.329	111.695.867	101.810.963				
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	62.649	254.072				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.824.089)	(3.659.698)	(4.640.458)	(4.325.810)				
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	-	1.272.714	1.388.713				
Setor Privado		-	-	1.295.869	1.415.486				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(23.155)	(26.773)				
Outros Créditos		112.994.832	81.895.544	118.125.389	86.529.904				
Créditos por Avas e Fianças Honoradas		86.834	155.152	86.834	155.152				
Carteira de Câmbio	9	62.449.630	43.875.289	62.449.630	43.875.289				
Rendas a Receber		2.274.800	1.715.260	1.759.744	723.560				
Negociação e Intermediação de Valores		10	482.476	1.012.205	1.001.741				
Créditos Tributários	11	7.502.416	8.187.816	8.217.342	9.137.165				
Diversos	12	40.788.308	28.366.454	45.268.830	31.798.545				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(589.632)	(418.898)	(658.732)	(466.498)				
Outros Valores e Bens		1.447.984	1.243.966	2.019.103	1.922.366				
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	13	-	130.713	-	130.713				
Outros Valores e Bens		1.083.423	850.617	1.510.684	1.357.437				
(Provisões para Desvalorizações)		(291.296)	(345.365)	(343.451)	(411.207)				
Despesas Antecipadas		655.857	608.401	851.870	885.423				
Ativo Realizável a Longo Prazo		250.616.119	294.803.910	251.260.807	261.042.838				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	29.116.462	17.564.474	387.512	254.929				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		29.116.462	17.564.474	387.512	254.929				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	102.059.619	142.157.649	94.197.649	103.531.861				
Carteira Própria		21.298.409	28.057.587	21.980.720	21.398.886				
Vinculados a Compromissos de Recompra		62.928.628	94.841.657	52.552.759	61.763.717				
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.882.785	6.415.008	9.492.571	6.537.050				

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas da Intermediação Financeira		36.018.824	39.779.081	39.604.937	39.726.635
Operações de Crédito		21.904.252	18.761.132	28.171.391	23.614.295
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	175.341	210.894
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	15.016.557	14.956.539	12.423.693	9.742.202
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(3.735.939)	1.016.304	(4.010.089)	1.093.569
Resultado de Operações com Câmbio		1.020.491	1.921.608	1.016.717	1.919.546
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		6.771	-	9.762	4.475
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.806.692	3.123.498	1.818.122	3.141.654
Despesas da Intermediação Financeira		(29.295.375)	(29.755.255)	(30.239.891)	(27.195.978)
Operações de Captação no Mercado	18.d	(16.184.406)	(23.178.243)	(15.498.229)	(19.697.903)
Operações de Empréstimos e Repasses		(7.498.808)	(1.391.534)	(8.107.708)	(1.536.919)
Operações de Arrendamento Mercantil		(6)	(19)	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(138.268)	-	(143.494)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.473.887)	(5.185.459)	(6.490.460)	(5.961.156)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.723.449	10.023.826	9.365.046	12.530.657
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.618.242)	(4.897.903)	(4.462.946)	(6.424.513)
Receitas de Prestação de Serviços	27	4.595.073	4.227.312	6.044.776	5.473.803
Rendas de Tarifas Bancárias	27	1.996.314	1.644.795	2.364.049	2.027.491
Despesas de Pessoal	28	(3.366.665)	(3.425.266)	(3.694.757)	(3.740.663)
Outras Despesas Administrativas	29	(4.486.726)	(4.956.564)	(5.216.345)	(5.684.534)
Despesas Tributárias	30	(1.039.769)	(1.329.403)	(1.512.092)	(1.729.439)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	1.288.129	882.644	8.999	16.009
Outras Receitas Operacionais	31	2.765.199	1.712.644	3.078.902	2.039.865
Outras Despesas Operacionais	32	(4.369.797)	(3.654.065)	(5.536.478)	(4.827.045)
Resultado Operacional		4.105.207	5.125.923	4.902.100	6.106.144
Resultado não Operacional	33	20.995	(212.188)	27.276	(278.077)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		4.126.202	4.913.735	4.929.376	5.828.067
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	2.505.015	(583.413)	1.936.078	(1.268.874)
Provisão para Imposto de Renda		(13.134)	(733.994)	(373.932)	(1.166.182)
Provisão para Contribuição Social		4.123	(557.949)	(233.043)	(881.297)
Ativo Fiscal Diferido		2.514.026	708.530	2.543.053	778.605
Participações no Lucro		(839.779)	(622.131)	(900.141)	(664.928)
Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	(173.367)	(190.344)
Lucro Líquido		5.791.438	3.708.191	5.791.946	3.703.921
No de Ações (Mil)	24.a	7.476.701	7.502.370	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		774,60	494,27	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado					
		01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017				
Receitas da Intermediação Financeira		36.018.824	39.779.081	39.604.937	39.726.635				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	27	6.591.387	5.872.107	8.408.825	7.501.294				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.473.887)	(5.185.459)	(6.490.460)	(5.961.156)				
Outras Receitas e Despesas		1.236.287	(2.131.394)	418.617	(3.043.042)				
Despesas da Intermediação Financeira	(23.821.488)	(24.569.796)	(23.749.431)	(21.234.822)	(21.234.822)				
Insumos de Terceiros	(3.459.168)	(2.964.934)	(3.916.700)	(3.434.950)	(3.434.950)				
Material, Energia e Outros	(118.909)	(121.198)	(122.442)	(124.906)	(124.906)				
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	29	(888.511)	(944.673)	(1.096.786)	(1.130.258)				
Avaliação do Valor Recuperável	32	(305.864)	(22.215)	(305.864)	(22.215)				
Outros	(2.145.884)	(1.876.848)	(2.391.608)	(2.157.571)	(2.157.571)				
Valor Adicionado Bruto		11.091.955	10.799.605	14.275.788	13.553.959				
Retenções		-	-	-	-				
Depreciações e Amortizações	29	(981.025)	(1.653.558)	(1.242.880)	(1.902.254)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		10.110.930	9.146.047	13.032.908	11.651.705				
Valor Adicionado Recebido em Transferência		-	-	-	-				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	1.288.129	882.644	8.999	16.009				
Valor Adicionado Total a Distribuir		11.399.059	10.028.691	13.041.907	11.667.714				
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal	3.742.291	32,8%	3.583.930	35,7%	4.073.895	31,2%	3.896.383	33,4%	
Remuneração	28	1.912.114	1.984.640	2.083.650	2.171.898				
Benefícios	28	651.484	676.264	715.049	728.280				
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		188.974	183.676	215.210	200.834				
Outras		989.719	739.350	1.059.986	795.371				
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	1.512.933	13,3%	2.376.283	23,7%	2.640.070	20,2%	3.507.521	30,0%	
Estaduais	1.164.081		2.112.416		2.189.432		3.193.813		
Municipais	432		435		473		548		
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	352.397	3,1%	360.287	3,6%	362.629	2,8%	369.545	3,2%
Remuneração de Capitais Próprios	5.791.438	50,8%	3.708.191	37,0%	5.965.313	45,8%	3.894.265	33,4%	
Dividendos	24.b	600.000	-	600.000	-				
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	600.000	500.000	600.000	500.000				
Reinvestimentos de Lucros		4.591.438	3.208.191	4.591.946	3.203.921				
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	173.367	190.344				
Total		11.399.059	100,0%	10.028.691	100,0%	13.041.907	100,0%	11.667.714	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		5.791.438	3.708.191	5.791.946	3.703.921
Ajustes ao Lucro Líquido		6.251.471	6.360.411	8.999.218	8.566.703
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.473.887	5.185.459	6.490.460	5.961.156
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	23.c	1.279.643	1.501.240	1.419.544	1.771.170
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2.100.252)	(1.037.787)	(2.133.740)	(1.129.351)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	(1.288.129)	(882.644)	(8.999)	(16.009)
Depreciações e Amortizações	29	981.025	1.653.558	1.242.880	1.902.254
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	33	14.675	266.948	10.574	332.769
Resultado na Alienação de Valores e Bens	33	(60.567)	(2.145)	(40.248)	(3.169)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	305.864	22.215	305.864	22.215
Resultado na alienação de Investimentos	33	-	(1.787)	(8.588)	1.026
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	31	(105.590)	(48.668)	(105.590)	(48.668)
Atualização de Depósitos Judiciais	31	(274.784)	(241.911)	(336.075)	(322.961)
Atualização de Impostos a Compensar	31	(87.996)	(109.848)	(113.559)	(150.399)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.068)	(293)	(1.068)	(293)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	2.119.334	106.260	2.119.334	106.260	106.260
Outros	(14.571)	(50.186)	158.429	140.694	140.694
Variações em Ativos e Passivos		(117.450)	24.454.519	(2.131.911)	23.371.633
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(12.801.420)	5.271.685	(6.372.026)	9.625.639	
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.594.162	19.088.762	(18.825.502)	(1.086.328)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	(16.656.690)	(4.926.844)	(23.010.167)	(9.370.914)	
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	(6.609.527)	(3.801.903)	(6.634.212)	(3.813.172)	
Redução (Aumento) em Outros Créditos	5.530.407	51.416.950	4.496.772	51.638.538	
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	(309.069)	(183.987)	(328.535)	(104.552)	
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	(3.043.239)	(843.174)	(1.510.354)	(843.218)	
Aumento (Redução) em Depósitos	16.982.485	13.244.541	38.221.943	32.910.202	
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	5.868.717	(9.652.069)	3.192.821	(10.840.702)	
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.662.670	(2.708.816)	9.495.640	(2.641.234)	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	311.292	(42.418.042)	856.288	(41.478.384)	
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(62.070)	(32.584)	(68.404)	(45.010)	
Imposto Pago	(585.168)	-	(1.626.175)	(579.232)	
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		11.925.459	34.523.121	12.659.253	35.642.257
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	15	(187.000)	-	-	-
Aquisição de Investimentos		(200)	(358)	(289)	(358)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(487.211)	(257.329)	(599.330)	(389.151)	
Aplicações no Intangível	(178.233)	(552.840)	(217.477)	(584.419)	
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos à Venda	13	-	(43.713)	-	(43.713)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		1.405	3.336	10.305	5.563
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquida na Aquisição	(111.224)	-	(111.224)	(8.464)	
Alienação de Bens não de Uso Próprio	145.341	31.654	195.995	44.508	
Alienação de Imobilizado de Uso	103.196	14.998	125.345	34.644	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	592.885	831.598	63.269	90.335	
Mudança no Escopo de Consolidação	2	-	-	2	(3.758)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(121.041)	27.346	(533.404)	(854.813)
Atividades de Financiamento					
Aquisição de Ações de Emissão Própria	24.d	(208.426)	(163.011)	(208.426)	(163.011)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo	35.259.838	22.433.722	36.453.711	23.479.864	
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	(40.764.759)	(47.673.547)	(41.643.656)	(48.839.090)	
Pagamentos de Dívidas Subordinadas	(544.566)	-	(544.566)	-	
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(318.659)	(311.362)	(318.659)	(311.362)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(4.935.666)	(4.604.204)	(5.012.880)	(4.811.109)	
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários	-	-	(138.588)	(49.446)	
Aumento de Capital em Sociedades Controladas Realizadas por Participações Minoritárias	-	-	98.000	-	
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(11.512.238)	(30.318.402)	(11.315.064)	(30.694.154)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		1.068	293	1.068	293
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		293.248	4.232.358	811.853	4.093.583
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	22.664.381	17.847.678	22.513.317	18.133.177
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	22.957.629	22.080.036	23.325.170	22.226.760

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares de reais,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização, gestão e recuperação de créditos não performados e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídas nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FISBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (R);
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (R);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) (R);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) (R);
- BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII (Fundo de Investimento Imobiliário) (R);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (R);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (R); e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) (R).

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas. (2) O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

(3) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

(4) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia determinados imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(6) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas a mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Atual Securitizadora) (Nota 15), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Securitizadora (Notas 15 e 37.c).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros. O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 na reunião realizada em 24 de julho de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* para os períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detinham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no ano de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos disponíveis até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
 - (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
- Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
- As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Aprecimento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de aprecimento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- Certos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens individuais, grupos de alienação ou bens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

A amortização do ágio na aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logícias são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovados pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre o realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio líquido que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo em os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.b).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Aplicações no Mercado Aberto	11.501.863	28.787.812	-	40.289.675	38.829.567
Posição Bancada	1.071.915	1.907.501	-	2.979.416	459.924
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142.390	-	-	142.390	51.182
Letras do Tesouro Nacional - LTN	670	-	-	670	200.426
Notas do Tesouro Nacional - NTN	928.855	1.907.501	-	2.836.356	208.316
Posição Financiada	1.982.345	15.983.445	-	17.965.790	9.422.056
Letras do Tesouro Nacional - LTN	233.609	5.399.789	-	5.633.398	2.123.605
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.748.736	10.583.656	-	12.332.392	7.298.451
Posição Vendida	8.447.603	10.896.866	-	19.344.469	28.947.587
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.410.201	2.170.991	-	3.581.192	6.333.983
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.037.402	8.725.875	-	15.763.277	22.613.603
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.442.528	20.191.847	29.116.462	55.750.837	41.379.826
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.581.366	-	-	9.581.366	11.384.230
Total	27.525.757	48.979.659	29.116.462	105.621.878	91.593.623
Circulante	-	-	-	76.505.416	74.029.149
Longo Prazo	-	-	-	29.116.462	17.564.474

Aplicações no Mercado Aberto

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Posição Bancada	11.501.863	28.787.812	-	40.289.675	38.899.566
Posição Financiada	3.054.260	4.925.099	-	7.979.359	9.426.797
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142.390	-	-	142.390	51.182
Letras do Tesouro Nacional - LTN	234.279	2.701.704	-	2.935.983	270.426
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.677.591	2.223.395	-	4.900.986	2.327.541
Debêntures	-	-	-	-	6.779.648
Posição Vendida	8.447.603	10.896.866	-	19.344.469	28.947.586
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.410.201	2.170.991	-	3.581.192	6.333.983
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.037.402	8.725.875	-	15.763.277	22.613.603
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.400.380	1.634.426	387.512	3.422.918	1.314.813
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.582.010	-	-	9.582.010	11.384.720
Total	22.484.853	30.422.238	387.512	53.294.603	51.599.089
Circulante	-	-	-	52.907.091	51.344.170
Longo Prazo	-	-	-	387.512	254.929

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para Negociação	33.514.496	(219.379)	33.295.117	35.132.676	35.132.676
Títulos Públicos	32.738.375	(214.515)	32.523.860	34.813.397	34.813.397
Títulos Privados	776.121	(4.864)	771.257	319.279	319.279
Títulos Disponíveis para Venda	127.873.571	(205.940)	(454.001)	127.213.630	145.523.783
Títulos Públicos	95.305.033	(206.660)	(220.677)	94.877.696	78.631.580
Títulos Privados	32.568.538	720	(233.324)	32.335.934	66.892.203
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.226.746	-	11.226.746	9.490.208	9.490.208
Títulos Públicos	11.226.746	-	11.226.746	9.490.208	9.490.208
Total de Títulos e Valores Mobiliários Derivativos (Ativo)	172.614.813	(425.319)	(454.001)	171.735.493	190.146.667
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos Circulante	10.303.679	1.551.579	(42.049)	11.813.209	10.078.565
Longo Prazo	182.918.492	1.126.260	(496.050)	183.548.702	200.225.232
Derivativos (Passivo)	(9.375.280)	(1.358.537)	(1.021)	102.059.619	142.154.008
Circulante	-	-	-	(10.734.838)	(8.565.142)
Longo Prazo	-	-	-	(5.670.093)	(3.331.840)
Total	-	-	-	(5.064.745)	(5.233.302)

II) Títulos para Negociação

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para Negociação	38.582.837	87.913	38.670.750	39.875.152	39.875.152
Títulos Públicos	37.180.136	68.645	37.248.781	38.039.989	38.039.989
Títulos Privados	1.402.701	19.268	1.421.969	1.835.163	1.835.163
Títulos Disponíveis para Venda	119.395.894	(205.940)	(483.802)	118.706.152	100.674.988
Títulos Públicos	99.361.776	(206.660)	(240.365)	98.914.751	81.794.091
Títulos Privados	20.034.118	720	(243.437)	19.791.401	18.880.897
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.226.746	-	11,226.746	9.490.208	9.490.208
Títulos Públicos	11,226.746	-	11,226.746	9,490.208	9,490.208
Total de Títulos e Valores Mobiliários Derivativos (Ativo)	169.205.477	(118.027)	(483.802)	168.603.648	150.040.348
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos Circulante	17.115.968	1.606.855	90.142	18.812.965	18.350.286
Longo Prazo	186.321.445	1.488.828	(393.660)	187.416.613	168.390.634
Derivativos (Passivo)	(16.248.687)	(1.365.169)	(179.293)	(17.793.149)	(16.918.826)
Circulante	-	-	-	(12.648.861)	(11.482.135)
Longo Prazo	-	-	-	(5.144.288)	(5.436.691)

II) Títulos para Negociação

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para Negociação	33.514.496	(219.379)	33.295.117	35.132.676	35.132.676
Títulos Públicos	32.738.375	(214.515)	32.523.860	34.813.397	34.813.397
Títulos Privados	776.121	(4.864)	771.257	319.279	319.279
Títulos Disponíveis para Venda	119.395.894	(205.940)	(483.802)	118.706.152	100.674.988
Títulos Públicos	99.361.776	(206.660)	(240.365)	98.914.751	81.794.091
Títulos Privados	20.034.118	720	(243.437)	19.791.401	18.880.897
Títulos Mantidos até o Vencimento	11,226,746	-	11,226,746	9,490,208	9,490,208
Títulos Públicos	11,226,746	-	11,226,746	9,490,208	9,490,208
Total de Títulos e Valores Mobiliários Derivativos (Ativo)	169,205,477	(118,027)	(483,802)	168,603,648	150,040,348
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos Circulante	17,115,968	1,606,855	90,142	18,812,965	18,350,286
Longo Prazo	186,321,445	1,488,828	(393,660)	187,416,613	168,390,634
Derivativos (Passivo)	(16,248,687)	(1,365,169)	(179,293)	(17,793,149)	(16,918,826)
Circulante	-	-	-	(12,648,861)	(11,482,135)
Longo Prazo	-	-	-	(5,144,288)	(5,436,691)

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	
Títulos Públicos	95.305.033	(206.660)	(220.677)	94.877.696	78.631.580
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	746	-	-	187	815
Crédito Securizado	1.591	-	-	147	1.738
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.092.205	-	-	6.668	9.098.873
Letras do Tesouro Nacional - LTN	41.833.138	119.327	(57.573)	41.894.892	33.383.941
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.333.717	-	-	39.338	1.373.055
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.459.732	-	-	(29.850)	9.429.882
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	651.588	-	-	(3.383)	648.205
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	20.389.430	(325.987)	(198.577)	19.864.866	16.694.087
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.870.035	-	-	1.898.423	1.898.423
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	803.123	-	-	817.829	817.829
Títulos da Dívida Externa Espanhola	9.869.728	-	-	9.849.000	3.386.278
Títulos Privados	32.568.538	720	(233.324)	32.335.934	66.892.203
Ativos	46.379	-	-	42.508	133.216
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	29.307	-	-	29.307	34.992
Cotas de Fundos de Investimento	857.189	-	-	857.189	666.462
Cotas de Fundos Imobiliários	417.180	-	-	417.180	456.827
Debêntures	21.279.850	720	(211.912)	21.068.658	59.029.030
Eurobonds	-	-	-	-	58.423
Notas Promissórias - NP	7.181.440	-	-	16.513	4.977.152
Letras Financeiras - LF	103.299	-	-	679.778	679.778
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	186.925	-	-	(5.218)	181.707
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	2.466.769	-	-	(28.685)	2.438.084
Cédula de Produto Rural - CPR	127.873.571	(205.940)	(454.001)	127.213.630	145.523.783

IV) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	
Títulos Públicos	95.305.033	(206.660)	(220.677)	94.877.696	78.631.580
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	746	-	-	187	815
Crédito Securizado	1.591	-	-	147	1.738
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.092.205	-	-	6.668	9.098.873
Letras do Tesouro Nacional - LTN	41.833.138	119.327	(57.573)	41.894.892	33.383.941
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.333.717	-	-	39.338	1.373.055
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.459.732	-	-	(29.850)	9.429.882
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	651.588	-	-	(3.383)	648.205
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	20.389.430	(325.987)	(198.577)	19.864.866	16.694.087
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.870.035	-	-	1.898.423	1.898.423
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	803.123	-	-	817.829	817.829
Títulos da Dívida Externa Espanhola	9.869.728	-	-	9.849.000	3.386.278
Títulos Privados	32.568.538	720	(233.324)	32.335.934	66.892.203
Ativos	46.379	-	-	42.508	133.216
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	29.307	-	-	29.307	34.992
Cotas de Fundos de Investimento	857.189	-	-	857.189	666.462
Cotas de Fundos Imobiliários	417.180	-	-	417.180	456.827
Debêntures	21.279.850	720</			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2018			30/06/2017		
	Negociação			Negociação		
	Valor		Valor	Valor		Valor
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Opções	125.434.454	247.457	530.380	162.177.444	520.885	386.365
Compromissos de Compra	60.848.681	671.737	1.078.839	80.353.796	814.002	698.678
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.570.453	271.648	525.536	12.900.166	184.948	156.269
Opções de Venda Moeda Estrangeira	7.608.333	144.318	236.220	3.499.653	119.000	118.535
Opções de Compra Outras	1.065.124	25.830	24.458	14.249.709	14.223	3.903
Mercado Interfinanceiro	357.133	4.233	2.051	8.516.010	3.701	(1.116)
Outras (1)	707.991	21.597	22.407	5.733.699	10.522	5.019
Opções de Venda Outras	37.604.771	229.941	292.625	49.704.268	495.831	419.971
Mercado Interfinanceiro	37.123.696	210.168	277.042	49.348.456	19.581	20.846
Outras (1)	481.075	19.773	15.583	355.812	476.250	399.125
Compromissos de Venda	64.585.773	(424.280)	(548.459)	81.823.648	(293.117)	(312.313)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	7.847.169	(129.249)	(289.465)	7.264.672	(90.907)	(121.842)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.057.893	(198.016)	(123.327)	5.104.964	(161.759)	(144.995)
Opções de Compra Outras	8.911.189	(28.264)	(27.760)	9.635.115	(13.287)	(1.830)
Mercado Interfinanceiro	8.240.327	(4.876)	(4.725)	9.458.326	(5.775)	(1.775)
Outras (1)	670.862	(23.388)	(23.035)	176.789	(7.512)	(55)
Opções de Venda Outras	37.769.522	(68.751)	(107.907)	59.818.897	(27.164)	(43.646)
Mercado Interfinanceiro	37.271.948	(39.724)	(82.806)	59.785.899	(19.548)	(16.849)
Outras (1)	497.574	(29.027)	(25.101)	32.998	(7.616)	(26.797)
Contratos de Futuros	273.819.920	-	-	203.949.204	-	-
Posição Comprada	68.428.738	-	-	54.910.840	-	-
Cupom Cambial (DDI)	33.642.166	-	-	33.162.003	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	32.581.631	-	-	19.621.409	-	-
Moeda Estrangeira	1.979.469	-	-	1.282.131	-	-
Índice (2)	204.201	-	-	231.189	-	-
Treasury Bonds/Notes	21.271	-	-	614.108	-	-
Posição Vendida	205.391.182	-	-	149.038.364	-	-
Cupom Cambial (DDI)	99.189.902	-	-	31.166.592	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	63.029.804	-	-	73.631.021	-	-
Moeda Estrangeira	41.928.775	-	-	24.312.900	-	-
Índice (2)	36.204	-	-	16.720.875	-	-
Treasury Bonds/Notes	1.206.497	-	-	3.206.976	-	-
Contratos a Termo e Outros	73.033.827	765.475	710.656	49.371.347	(887.088)	(726.719)
Compromissos de Compra	33.441.749	1.173.345	1.198.969	21.058.065	(2.705.262)	849.149
Moedas	32.639.876	1.173.345	1.194.411	21.031.247	(2.705.262)	848.851
Outros	801.873	-	4.558	26.818	-	298
Compromissos de Venda	39.592.078	(407.870)	(488.313)	28.313.282	1.818.174	(1.575.868)
Moedas	38.946.701	(399.910)	(477.426)	28.313.282	1.818.174	(1.575.868)
Outros	645.377	(7.960)	(10.887)	-	-	-

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de Hedge
Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge por indexador eram representados como seguem:

a) Hedge de Risco de Mercado

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"						
Ativo	84.756	(113.640)	(28.884)	(31.304)	(47.684)	(78.988)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	12.094	106	12.200	12.622	698	13.320
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2) (3) (4)	1.701.851	(3.900)	1.697.951	741.571	17.832	759.403
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5)	200.758	(735)	200.023	208.630	74	208.704
Passivo	(1.829.947)	(109.111)	(1.939.058)	(994.127)	(66.288)	(1.060.415)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	(239.269)	(10.031)	(249.300)	(213.375)	(19.396)	(232.771)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5) (6)	(1.200.013)	(36.165)	(1.236.178)	(637.567)	(27.536)	(665.103)
Taxa de Juros Pré - Reais (5)	(76.754)	(5.447)	(82.201)	(27.954)	(3.446)	(31.400)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	(313.911)	(57.468)	(371.379)	(115.231)	(15.910)	(131.141)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.828.876	87.285	1.916.161	720.283	55.244	775.527
Operação de Crédito (Nota 8.e)	686.410	57.175	743.585	663.857	54.446	718.303
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5)	92.619	2.943	95.562	336.298	14.079	350.377
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	238.072	10.188	248.260	212.348	20.137	232.485
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	318.101	42.677	360.778	115.211	20.230	135.441
Taxa de Juros Pré - Reais (5)	37.618	1.367	38.985	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	1.142.466	30.110	1.172.576	56.426	798	57.224
Notas Promissórias - NP						
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	1.103.321	26.778	1.130.099	26.293	(469)	25.824
Taxa de Juros Pré - Reais (5)	39.145	3.332	42.477	30.133	1.267	31.400
Passivo	-	-	-	(270.755)	126	(270.629)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses						
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	-	-	(270.755)	126	(270.629)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (2)	-	-	-	(270.755)	126	(270.629)

Consolidado

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"						
Ativo	60.878	(100.054)	(39.176)	(40.259)	(45.512)	(85.771)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	12.094	106	12.200	12.622	698	13.320
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2) (3) (4)	1.701.851	(3.900)	1.697.951	741.571	17.832	759.403
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5) (6)	1.790.352	(865)	1.789.487	208.630	74	208.704
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (4) (7)	464.663	45.052	509.715	432.003	35.233	467.236
Passivo	(3.908.082)	(140.447)	(4.048.529)	(1.435.085)	(99.349)	(1.534.434)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (8)	(269.833)	(31.256)	(301.089)	(255.836)	(17.902)	(273.738)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	(239.269)	(10.031)	(249.300)	(213.375)	(19.396)	(232.771)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5) (6)	(1.200.013)	(36.165)	(1.236.178)	(637.567)	(27.536)	(665.103)
Taxa de Juros Pré - Reais (5) (8)	(1.685.752)	5.830	(1.679.922)	(27.954)	(3.446)	(31.400)
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano (7)	(199.304)	(11.357)	(210.661)	(185.122)	(15.159)	(200.281)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	(313.911)	(57.468)	(371.379)	(115.231)	(15.910)	(131.141)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	3.921.249	65.014	3.986.262	1.169.723	58.153	1.227.876
Operação de Crédito (Nota 8.e)	1.166.387	50.668	1.217.054	1.113.297	57.355	1.170.652
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5)	92.620	2.943	95.562	336.298	14.079	350.377
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (1)	280.672	(9.242)	271.430	285.560	2.781	288.341
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	238.072	10.188	248.260	212.348	20.137	232.485
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano (7)	199.304	2.735	202.039	163.880	128	164.008
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	318.101	42.677	360.778	115.211	20.230	135.441
Taxa de Juros Pré - Reais (5)	37.618	1.367	38.985	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	2.754.862	14.346	2.769.208	56.426	798	57.224
Notas Promissórias - NP	1.142.466	30.110	1.172.576	56.426	798	57.224
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	1.103.321	26.778	1.130.099	26.293	(469)	25.824
Taxa de Juros Pré - Reais (5)	39.145	3.332	42.477	30.133	1.267	31.400
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (8)	1.612.396	(15.764)	1.596.632	-	-	-
Passivo	-	-	-	(270.755)	126	(270.629)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses						
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	-	-	(270.755)	126	(270.629)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (2)	-	-	-	(270.755)	126	(270.629)

"Swap"

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Ativo	253.175.851	(344.201)	(291.530)	19.898.982	1.749.799	1.749.799
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	42.676.028	22.185.331	22.264.528	47.035.987	24.867.355	27.342.308
Taxa de Juros Pré - Reais	59.078.985	-	-	137.929.990	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	4.381.011	-	-	7.292.210	-	-
Moeda Estrangeira	146.978.771	98.053.092	78.490.032	25.163.637	1.679.796	1.441.753
Outros	61.056	-	-	-	-	-
Passivo	253.520.052	(120.582.624)	(101.046.090)	207.522.842	(16.648.169)	(27.034.262)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.490.697	-	-	22.168.632	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	101.677.814	(42.598.829)	(23.086.902)	151.985.050	(14.055.060)	(24.647.708)
Indexados em Índices de Preços e Juros	81.738.081	(77.357.070)	(77.362.129)	9.849.211	(2.557.001)	(2.360.067)
Moeda Estrangeira	48.925.679	-	-	23.483.841	-	-
Outros	687.781	(626.725)	(597.059)	36.108	(36.108)	(26.487)
Opções	129.034.822	598.600	598.272	168.457.408	519.672	375.927
Compromissos de Compra	62.792.353	683.614	1.222.195	83.506.630	886.326	730.751
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.536.976	283.525	505.839	12.900.166	184.948	156.269
Opções de Venda Moeda Estrangeira	7.608.333	144.318	236.220	3.499.653	119.000	118.535
Opções de Compra Outras	2.266.739	25.830	125.391	16.793.233	66.957	31.543
Mercado Interfinanceiro	357.133	4.233	2.051	8.516.010	3.701	(1.116)
Outras (1)	1.909.606	21.597	123.340	8.277.223	63.256	32.659
Opções de Venda Outras	38.380.305	229.941	354.745	50.313.578	515.421	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

⁽¹⁾ No Consolidado, são operações com vencimentos entre setembro de 2018 a junho de 2019 (30/06/2017 - operações com vencimentos entre agosto de 2017 a maio de 2022), cujos objetos de *hedge* são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

⁽²⁾ No Consolidado, são operações com vencimentos entre julho de 2018 a abril de 2022 (30/06/2017 - operações com vencimento entre agosto de 2017 e outubro de 2019), cujos objetos de *hedge* são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

⁽³⁾ No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre agosto de 2018 a novembro de 2027 (30/06/2017 - operações com vencimentos entre julho de 2017 a janeiro de 2019) e valor atualizado dos instrumentos de R\$21.014.536 (30/06/2017 - R\$24.882.331) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o *hedge* com as operações de trade finance, cujo objeto de *hedge* são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos e títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias.

⁽⁴⁾ No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2017, operação com vencimento em 3 de julho de 2017, cujo objeto de *hedge* são Certificados de Depósitos a Prazo - CDB.

⁽⁵⁾ No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre março de 2021 e março de 2023 (30/06/2017 - operação com vencimento em 2 de janeiro de 2023), cujo objeto de *hedge* são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.

No Banco e no Consolidado, no primeiro trimestre de 2018, foi contratada uma estrutura de *hedge* de contratos de futuros que foi descontinuada em junho de 2018. Os objetos de *hedge* eram certificados de depósitos a prazo - CDB. O efeito da marcação a mercado destes contratos, líquido dos efeitos tributários, e que estão destacados no patrimônio líquido, corresponde a um crédito no valor de R\$44.004 que serão amortizados nos próximos 6 meses.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$19.523 (30/06/2017 - débito no valor de R\$78.079) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$25.725 a débito e serão realizados contra despesa nos próximos doze meses.

A análise da efetividade destas operações está de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002. No primeiro semestre de 2018, foram registrados no resultado uma despesa no valor de R\$1.415 (2017 - receita no valor R\$8.232) referente a parcela inefetiva.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.041.129	31.310	2.527.710	684.382
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.952.581	6.745.763	3.950.706	6.745.763
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.651.495	492.175	3.843.271	492.175
Total	9.645.205	7.269.248	10.321.687	7.922.320

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	6.698.722	7.630.490	13.549.906	15.785.763
Prêmios de Opções a Exercer	1.078.839	698.678	1.222.195	730.751
Contratos a Termo e Outros	4.035.648	1.749.397	4.040.864	1.833.772
Total	11.813.209	10.078.565	18.812.965	18.350.286
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	6.861.387	5.776.713	13.844.234	14.087.903
Prêmios de Opções Lançadas	548.459	312.313	623.923	354.824
Contratos a Termo e Outros	3.324.992	2.476.116	3.324.992	2.476.099
Total	10.734.838	8.565.142	17.793.149	16.918.826

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2017, inclui operações de *swaption* (swap + opção).

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. As novas regras de Basileia III seguem um cronograma de *phase in*, possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*. O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2018.

Fatores de Risco	Cenário			Consolidado		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	(3.281)	(70.906)	(141.812)	(3.281)	(70.906)	(141.812)
Cupom de Taxa de Juros	(1.821)	(9.936)	(19.873)	(1.821)	(9.936)	(19.873)
Cupom de Dólar	(2.148)	(81.971)	(163.943)	(2.148)	(81.971)	(163.943)
Cupom de Outras Moedas	(5.831)	(9.152)	(18.305)	(5.831)	(9.152)	(18.305)
Moeda Estrangeira	(7.891)	(197.281)	(394.561)	(7.891)	(197.281)	(394.561)
Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(4.176)	(28.844)	(57.688)	(4.176)	(28.844)	(57.688)
Inflação	(1.192)	(6.428)	(12.856)	(1.192)	(6.428)	(12.856)
Ações e Índices	(2.397)	(59.918)	(119.837)	(2.397)	(59.918)	(119.837)
Total ⁽¹⁾	(28.737)	(464.436)	(928.875)	(28.737)	(464.436)	(928.875)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Fatores de Risco	Cenário			Consolidado		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	(56.718)	(1.077.638)	(2.101.395)	(56.718)	(1.077.638)	(2.101.395)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(10.825)	(205.679)	(401.074)	(10.825)	(205.679)	(401.074)
Inflação	(26.950)	(512.047)	(998.492)	(26.950)	(512.047)	(998.492)
Cupom de Dólar	(17.255)	(327.837)	(639.283)	(17.255)	(327.837)	(639.283)
Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2.518)	(47.844)	(93.296)	(2.518)	(47.844)	(93.296)
Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(352)	(6.691)	(13.047)	(352)	(6.691)	(13.047)
Moeda Estrangeira	(3.679)	(91.985)	(183.970)	(3.679)	(91.985)	(183.970)
Total ⁽¹⁾	(118.297)	(2.269.721)	(4.430.557)	(118.297)	(2.269.721)	(4.430.557)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Fatores de Risco	Cenário			Consolidado		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	(56.718)	(1.077.638)	(2.101.395)	(56.718)	(1.077.638)	(2.101.395)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(10.825)	(205.679)	(401.074)	(10.825)	(205.679)	(401.074)
Inflação	(26.950)	(512.047)	(998.492)	(26.950)	(512.047)	(998.492)
Cupom de Dólar	(17.255)	(327.837)	(639.283)	(17.255)	(327.837)	(639.283)
Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2.518)	(47.844)	(93.296)	(2.518)	(47.844)	(93.296)
Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(352)	(6.691)	(13.047)	(352)	(6.691)	(13.047)
Moeda Estrangeira	(3.679)	(91.985)	(183.970)	(3.679)	(91.985)	(183.970)
Total ⁽¹⁾	(118.297)	(2.269.721)	(4.430.557)	(118.297)	(2.269.721)	(4.430.557)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos computadores sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Operações de Crédito	183.049.635	171.315.422	238.659.152	215.067.354
Empréstimos e Títulos Descontados	96.220.136	87.005.568	109.445.467	96.373.897
Financiamentos	40.073.733	37.676.967	82.395.270	71.806.498
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.305.201	11.203.782	11.305.201	11.203.782
Financiamentos Imobiliários	35.450.160	35.252.850	35.450.160	35.252.850
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	405	9.348	405	9.348
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	166.907	62.649	420.979
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.605.207	2.707.550
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) ⁽¹⁾	6.419.824	5.474.957	6.419.824	5.474.957
Outros Créditos ⁽²⁾	39.371.454	30.814.598	42.845.076	33.572.056
Total	228.840.913	207.604.978	290.529.259	256.821.917
Circulante	124.072.913	104.961.729	153.488.684	130.229.957
Longo Prazo	104.768.000	102.643.249	137.040.575	126.591.960

⁽¹⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

⁽²⁾ Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o primeiro semestre de 2018, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$808.224 (2017 - R\$365.896) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco F.

No Banco e no Consolidado, no segundo trimestre de 2018, foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação, no valor de R\$119.370 relativas a operações de créditos integralmente provisionadas e cessões de crédito sem coobrigação, no valor de R\$69.988 no Banco e R\$736.189 no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Financeira Brasil S.A. (Banco PSA). Em 30 de junho de 2018, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$62.649 (30/06/2017 - R\$254.072).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 2018, a cessão de crédito foi liquidada, o valor presente das operações cedidas em 30 de junho de 2017 era de R\$166.907.

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2018, o valor presente das operações cedidas é de R\$110.501 (30/06/2017 - R\$142.189).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN 3.401/2006; e
- Contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vencidas	7.074.372	6.033.788	8.472.519	7.093.591
A Vencer:				
Até 3 Meses	69.173.971	59.220.299	79.374.448	67.995.478
De 3 a 12 Meses	54.898.942	45.741.430	74.114.236	62.234.479
Acima de 12 Meses	97.693.628	96.609.461	128.568.056	119.498.369
Total	228.840.913	207.604.978	290.529.259	256.821.917

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	-	2	3.104.839	3.237.847
Arrendamentos a Receber	-	1	2.079.810	2.185.716
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	-	1	1.025.029	1.052.131
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(2.061.781)	(2.169.758)
Valores Residuais a Balancear	-	(1)	(1.025.029)	(1.052.131)
Imobilizado de Arrendamento	58.915	67.835	6.630.731	7.152.081
Depreciações Acumuladas	(58.915)	(67.835)	(3.408.322)	(3.902.524)
Superfícies de Depreciações	22.348	26.670	1.289.355	1.435.649
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	200.929	235.742
Créditos por Antecipação de Valor Residual	(22.348)	(26.670)	(2.127.776)	(2.231.976)
Outros Valores e Bens	-	-	2.261	2.620
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	-	1	2.605.207	2.707.550

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R\$499.632 (30/06/2017 - R\$530.297).

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco				30/06/2018
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.226.152	2.235.416	(1.676.863)	11.784.705	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	783.276	110.720	(16.678)	877.318	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.380.786	149.618	(3.137)	1.527.267	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.060.611	373.458	(118.278)	1.315.791	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.719.237	697.907	(982.261)	3.434.883	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	545.119	-	(28.720)	516.399	
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	884.543	368.167	-	1.252.710	
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	363.200	279.959	(355.294)	287.865	
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.178.827	120.575	-	3.299.402	
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.141.751	4.335.820	(3.181.231)	24.296.340	
Contribuição Social - MP 2.158/2001	641.213	-	(119.461)	521.752	
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	23.782.964	4.335.820	(3.300.692)	24.818.092	
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	15.548.383			16.630.276	

	Mudança no Escopo de Consolidação				30/06/2018
	Saldo em 31/12/2017	(Nota 15)	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.800.832	3	2.383.232	(1.800.811)	12.383.256
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.140.653	-	219.910	(141.730)	1.218.833
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.306.576	6.118	88.841	(52.498)	2.349.037
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.614.898	31.345	576.958	(303.418)	1.919.783
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	2.326.627	-	785.646	(1.511.887)	1.600.386
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	369.813	-	214.800	(23.100)	561.513
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.364.252	8.194	112.223	(623.035)	861.634
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	434.604	13.304	360.125	(457.421)	350.612
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.292.385	5.302	286.701	(41.338)	3.543.050
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	24.650.640	64.266	5.028.436	(4.955.238)	24.788.104
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	973.104	42	2.468.781	(92.132)	3.349.795
Contribuição Social - MP 2.158/2001	535.899	-	-	(112.170)	423.729
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	25.159.643	64.308	7.497.217	(5.159.540)	28.561.628
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	3.815.576				8.217.342
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	22.344.067				20.344.286

	Mudança no Escopo de Consolidação				30/06/2018
	Saldo em 31/12/2016	(Nota 15)	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.321.090	(181)	2.619.877	(1.888.294)	13.052.492
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	868.273	-	149.679	(38.062)	979.890
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.266.555	(404)	213.372	(19.974)	2.459.349
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.124.992	(310)	395.691	(124.300)	1.396.073
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.745.880	-	697.913	(987.560)	3.456.233
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	569.194	-	25.639	(31.017)	563.816
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	886.535	-	369.384	-	1.255.919
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	386.483	(664)	292.148	(368.672)	309.295
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.434.482	(6.568)	154.944	(107.523)	3.474.885
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	25.603.284	(8.127)	4.918.197	(3.565.402)	26.947.952
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	508.045	-	47.088	(126.343)	428.790
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	(119.460)	535.899
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	26.766.688	(8.127)	4.965.285	(3.811.205)	27.912.641
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	17.664.421				18.775.476

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

⁽²⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

⁽³⁾ Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

Em 30 de junho de 2018, os créditos tributários não atizados no Consolidado totalizam R\$14.077 (30/06/2017 - R\$617.859 no Banco e R\$619.086 no Consolidado). O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias				Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Registrados	Total Registrados	
2018	867.190	526.236	26.895	2.973.331	216.821	4.610.473	4.610.473	
2019	3.436.162	2.073.546	53.791	34.657	185.730	5.783.886	5.783.886	
2020	3.037.536	1.800.554	53.791	-	21.179	4.913.060	4.913.060	
2021	2.295.914	1.380.573	32.220	-	-	3.708.707	3.708.707	
2022	2.122.884	1.265.189	10.648	-	-	3.398.721	3.398.721	
2023 a 2025	1.339.587	805.267	31.945	-	-	2.176.799	2.176.799	
2026 a 2027	343.716	222.085	18.515	-	-	584.316	584.316	
2028	13.037	7.822	2.543	-	-	23.402	23.402	
Total	13.456.026	8.081.272	230.348	3.007.988	423.730	25.199.364	25.199.364	

Ano	Diferenças Temporárias				Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Registrados	Total Registrados	
2018	1.031.599	673.163	27.285	3.035.221	216.821	4.984.089	4.984.089	
2019	3.814.195	2.288.629	54.571	123.381	185.730	6.466.506	6.466.506	
2020	3.281.987	1.938.050	54.511	94.251	21.178	5.389.977	5.389.977	
2021	2.641.937	1.575.208	32.879	44.340	-	4.294.364	4.294.364	
2022	2.777.310	1.635.127	11.308	29.471	-	4.453.216	4.453.216	
2023 a 2025	1.424.518	855.048	32.520	23.131	-	2.335.217	2.335.217	
2026 a 2027	363.931	231.534	18.711	-	-	614.176	614.176	
2028	13.479	8.012	2.592	-	-	24.083	24.083	
Total	15.348.956	9.204.771	234.377	3.349.795	423.729	28.561.628	28.561.628	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$ 21.450.480 (30/06/2017 - R\$21.578.715) no Banco e R\$ 24.222.721 (30/06/2017 - R\$24.304.908) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito				
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	20.971.033	16.933.288	21.134.949	16.982.837
Cédula de Produto Rural (CPR)	17.440.054	13.298.407	20.749.760	15.814.883
Outros	-	34.495	-	34.495
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.114.935	4.811.015	7.464.336	7.039.035
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.781.500	1.677.736	1.880.588	1.743.626
Outros	1.132.364	1.679.590	1.300.717	1.924.454
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	631.435	614.603	713.519	695.792
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	4.007.318	1.927.846	5.046.892	2.599.281
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 26.e) ⁽²⁾	53.453	15.437.606	17.397	15.424.063
Pagamentos a Ressarcir	179.502	181.430	211.377	209.868
Adiantamentos Salariais/Outros	200.625	191.403	272.038	264.615
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	161.840	138.461	206.965	162.040
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	353.922	82.201	353.922	82.201
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	22.338	854.401	2.613	855.798
Outros	937.290	1.176.213	1.917.242	1.741.448
Total	52.987.609	59.038.695	61.272.315	65.765.869
Circulante	40.788.308	28.366.454	45.304.741	31.798.545
Longo Prazo	12.199.301	30.672.241	15.967.574	33.967.324

⁽¹⁾ Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

⁽²⁾ No Banco Santander, inclui o valor de R\$37.665 (30/06/2017 - R\$15.423.658) de valores a receber relacionado a Adquirência de sua controlada Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.).

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas (Nota 15). Em 30 de junho de 2017, o montante desta rubrica era de R\$130.713 no Banco e no Consolidado.

14. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:
Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)
 A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo
 Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:
 O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência de Luxemburgo ⁽²⁾		Santander Brasil EFC ⁽²⁾	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Ativo	89.995.075	89.093.070	7.092.248	3.592.221
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	89.995.075	89.093.069	7.092.248	3.592.221
Disponibilidades	4.247.638	2.479.841	13.984	352.281
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.350.117	12.457.349	5.043.651	1.260.896
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	45.143.556	35.223.673	37.553	61.531
Operações de Crédito ⁽¹⁾	21.810.997	20.067.776	1.693.654	1.857.046
Carteira de Câmbio	8.990.345	16.372.413	-	-
Outros	1.452.422	2.492.017	303.406	60.467
Ativo Permanente	-	1	-	23
Passivo	89.995.075	89.093.070	7.092.248	3.592.221
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	47.068.029	50.881.110	3.224.879	102.905
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	7.545.418	9.238.405	2.130.574	40.562
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.908.970	3.013.912	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	22.803.647	20.227.584	1.092.760	-
Carteira de Câmbio	8.907.618	16.324.574	-	-
Outros	2.902.376	2.076.635	1.545	62.343
Resultados de Exercícios Futuros	123	117	-	14.317
Patrimônio Líquido	42.926.923	38.211.843	3.867.369	3.474.999
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 3	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

¹² Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

¹³ Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

¹⁴ Em Reuniões dos sócios realizadas em janeiro, fevereiro e abril de 2018, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$166.399, passando o capital social dos atuais R\$220.002 para R\$386.401, com a emissão de 166.399 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, referidos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

¹⁵ Na AGE realizada em janeiro de 2018, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$162.721, passando o capital social dos atuais R\$212.855 para R\$375.576, com a emissão de 162.721 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, referido aumento foi integralizado em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

¹⁶ Empresa constituída em abril de 2017 e se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada (Nota 37.d). Na AGE realizada em 6 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$65.822, de forma que o capital social passou de R\$1 para R\$65.823, mediante a emissão de 6.582.200 (seis milhões, quinhentos e oitenta e duas mil e duzentas) novas ações, sendo 3.291.100 (três milhões, duzentas e noventa e um mil e cem) ações ordinárias, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) ações preferências Classe A, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) de ações preferências Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte e uma) ações preferências Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.

¹⁷ Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R\$39,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.

¹⁸ Em dezembro de 2017, o investimento mantido pela Santander Corretora de Seguros na BW Guirapá I S.A. foi baixado contabilmente (Nota 37.g).

¹⁹ Em 31 de agosto de 2017, a Santander Microcrédito foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Nota 37.g).

²⁰ Em 29 de setembro de 2017, a Santander Brasil Advisory foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Nota 37.g).

²¹ Na AGE realizada em 11 de setembro de 2017, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$120.000, mediante a emissão de 120.000.000 (cento e vinte milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100,00 (cem reais) para R\$120.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Na AGE realizada em 23 de março de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$150.000, mediante a emissão de 145.419.292 (cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil e duzentos e noventa e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$120.000 para R\$270.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Ainda, a a AGE deliberou a mudança da denominação social da companhia para Atlas Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

²² Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito (Nota 37.g) apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social de R\$1.700.000 para R\$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 (cinquenta e um mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de junho de 2017.

²³ Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R\$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017 (Nota 37.g), sendo que o montante de R\$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social de R\$1.717.652 para R\$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017.

²⁴ Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028, mediante a emissão de 29.013.700 (vinte e nove milhões, treze mil e setecentas) novas ações, sendo 14.506.850 (quatorze milhões, quinhentas e seis mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferências Classe A, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferências Classe B e 2.901.370 (dois milhões, novecentas e uma mil e trezentas e setenta) ações preferências Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9,83 (nove reais e oitenta e três centavos) por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.

²⁵ Através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações realizado em 26 de outubro de 2017, a Santander Serviços vendeu a sua participação detida na Webcasas S.A. para o Banco Santander. A venda integral ocorreu pelo valor contábil (Nota 37.g).

²⁶ Investimento adquirido em 16 outubro de 2017 (Nota 37.c).

²⁷ Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. e a alteração de seu objeto social para as novas atividades a serem desempenhadas.

²⁸ Em 17 de novembro de 2017, o Banco Santander adquiriu da Santa Holding, S.L. a participação que a mesma detinha no capital social da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R\$298.978 referente ao ágio (Nota 37.g).

²⁹ Em 30 de novembro de 2017, a Santander Serviços foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Nota 37.g).

³⁰ Em 2017, conforme alteração contratual, as sócias da PSA Corretora de Seguros, decidiram aumentar o capital social da sociedade em R\$401, de forma que o capital social passou de R\$500 para R\$901, mediante a emissão de 400.532 (quatrocentas mil e quinhentas e trinta e duas) novas quotas representativas do seu capital social, tendo cada quota o valor nominal de R\$1,00 (um real). As novas quotas emitidas foram subscritas e integralizadas na data da referida alteração contratual, em moeda corrente nacional, na proporção da participação de cada sócia equivalente a 50% do seu capital social cada uma, ou seja 200.266 (duzentas mil e duzentas e sessenta e seis) quotas.

³¹ A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000. Ato contínuo, em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas representando a totalidade do capital social do Olé Consignado, reunidos em AGE, realizada em 9 de fevereiro de 2018, aprovaram o aumento de capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000, passando dos atuais R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE na proporção de suas respectivas participações no capital social. A AGE de 9 de fevereiro de 2018, que deliberou pelo aumento de capital, foi aprovada pelo Bacen em despacho de 15 de março de 2018.

³² Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.

³³ Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.a).

³⁴ Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) no valor de R\$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R\$91.048 para R\$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

³⁵ Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13) em junho de 2018.

³⁶ Sociedade constituída em 11 de abril de 2018. Em conformidade com o Acordo de Acionistas, o controle operacional efetivo é exercido pela Aymoré CFI, sociedade subsidiária integral do Banco Santander (Nota 37.f).

16. Imobilizado de Uso

	Banco			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Imóveis de Uso	2.490.789	(706.664)	1.784.125	1.860.376
Terenos	655.869	-	655.869	667.139
Edificações	1.834.920	(706.664)	1.128.256	1.193.237
Outras Imobilizações de Uso	11.846.302	(7.969.050)	3.877.252	3.932.305
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.433.223	(1.925.695)	1.507.528	1.429.866
Sistemas de Processamento de Dados	3.288.501	(2.932.678)	355.823	645.834
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.806.865	(2.317.767)	1.489.098	1.564.085
Sistemas de Segurança e Comunicações	791.766	(531.693)	260.073	263.496
Outras	525.947	(261.217)	264.730	29.024
Total	14.337.091	(8.675.714)	5.661.377	5.792.681

	Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Imóveis de Uso	2.691.175	(732.253)	1.958.922	2.147.736
Terenos	689.254	-	689.254	700.707
Edificações	2.001.921	(732.253)	1.269.668	1.447.029
Outras Imobilizações de Uso	13.089.156	(8.702.557)	4.386.599	5.026.552
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.554.896	(1.947.915)	1.606.971	2.072.442
Sistemas de Processamento de Dados	3.507.914	(3.023.076)	484.838	817.792
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.872.850	(2.363.823)	1.509.027	1.588.004
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.625.335	(1.104.398)	520.937	492.763
Outras	528.171	(263.345)	264.826	55.551
Total	15.780.331	(9.434.810)	6.345.521	7.174.288

17. Intangível

	Banco			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	26.419.016	(26.109.799)	309.217	556.983
Outros Ativos Intangíveis	8.902.538	(5.921.588)	2.980.950	3.084.232
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos	5.936.192	(4.732.500)	1.203.692	1.771.293
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.644.105	(919.454)	1.724.651	1.252.456
Outros	322.241	(269.634)	52.607	60.483
Total	35.321.554	(32.031.387)	3.290.167	3.641.215

	Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	27.758.074	(26.962.196)	795.878	1.249.163
Outros Ativos Intangíveis	9.486.098	(6.296.757)	3.189.341	3.260.366
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos	6.427.445	(5.037.095)	1.390.350	1.954.591
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.644.105	(919.454)	1.724.651	1.252.456
Outros	414.548	(340.208)	74.340	53.319
Total	37.244.172	(33.258.953)	3.985.219	4.509.529

(1) A amortização do ágio na aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017, restando o ágio proveniente da aquisição de outras empresas.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	17.280.179	-	-	-	17.280.179
Depósitos de Poupança	42.570.994	-	-	-	42.570.994
Depósitos Interfinanceiros	-	2.195.258	4.155.180	970.717	7.321.155
Depósitos a Prazo (1)	89.656	53.376.762	61.958.760	64.353.042	179.778.220
Total	59.940.829	55.572.020	66.113.940	65.323.759	246.950.548
Circulante	181.626.789	159.314.833	181.626.789	159.314.833	62.789.361
Longo Prazo	63.388.817	63.388.817	63.388.817	63.388.817	178.365.269

	Consolidado				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	17.369.253	-	-	-	17.369.253
Depósitos de Poupança	42.570.994	-	-	-	42.570.994
Depósitos Interfinanceiros	156.718	1.859.946	1.632.632	549.590	4.198.886
Depósitos a Prazo (1)	90.488	53.231.214	61.449.741	62.839.227	177.610.670
Outros Depósitos	4.283	-	-	-	4.283
Total	60.191.736	55.091.160	63.082.373	63.388.817	241.754.086
Circulante	178.365.269	119.132.346	178.365.269	119.132.346	63.388.817
Longo Prazo	59.483.019	59.483.019	59.483.019	59.483.019	178.365.269

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Carteira Própria	102.349.243	8.852.611	-	217.820	111.419.674
Títulos Públicos	94.754.881	36.964	-	-	94.791.845
Títulos de Emissão Própria	1.545.298	8.663.224	207.401	-	10.415.923
Outros	6.049.064	152.423	10.419	-	6.211.906
Carteira de Terceiros	17.274.900	-	-	-	17.274.900
Carteira de Livre Movimentação	-	1.344.825	18.536.760	19.881.585	28.957.870
Total	119.624.143	10.197.436	18.754.580	148.576.159	161.911.653
Circulante	129.821.579	134.348.416	129.821.579	134.348.416	62.789.361
Longo Prazo	18.754.580	18.754.580	18.754.580	18.754.580	178.365.269

	Consolidado				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Carteira Própria	91.927.865	8.852.611	217.820	100.998.296	120.790.369
Títulos Públicos	84.333.504	36.964	-	84.370.468	76.519.694
Títulos de Emissão Própria	1.545.298	8.663.224	207.401	10,415,923	37,633,161
Outros	6,049,064	152,423	10,419	6,211,905	6,637,514
Carteira de Terceiros	12,274,957	-	-	12,274,957	334,796
Carteira de Livre Movimentação	-	1,344,825	18,536,760	19,881,585	28,957,870
Total	104.202.822	10.197.436	18.754.580	133.154.838	150.083.035
Circulante	114.400.258	122.519.798	114.400.258	122.519.798	63.388.817
Longo Prazo	18.754.580	18.754.580	18.754.580	18.754.580	178.365.269

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco				
	30/06/2018		30/06/2017		Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	8.330.626	22.758.355	33.961.052		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

	Banco/Consolidado		Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ^(a)	Total	Total
	30/06/2018	30/06/2017				
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ^(b)				
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	CDI ^(a)	-	104.653
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R\$268	IPCA ^(a)	-	388.911
Total						493.564
Circulante						493.564

^(a) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

^(b) Em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, emissão indexada entre 100% e 112% do CDI.

^(c) Em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, emissão indexada ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. e 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

	Banco/Consolidado		Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ^(a)	Total	Total
	30/06/2018	30/06/2017				
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento				
Nível I ^(b)	janeiro-14	Sem Prazo (perpétuo)	R\$3.000	7,375%	4.881.660	4.188.367
Nível II ^(c)	janeiro-14	janeiro-24	R\$3.000	6,000%	4.953.371	4.249.894
Total					9.835.031	8.438.261
Circulante					112.990	112.989
Longo Prazo					9.722.041	8.325.272

^(a) Juros pagos trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014.

^(b) Juros pagos semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

^(c) A taxa efetiva de juros, considerando o imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Estes instrumentos foram adquiridos na sua emissão, substancialmente, pelo Banco Santander Espanha (Nota 26.e).

22. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	1.901.893	1.784.072
Provisão Técnica para Operações de Previdência	-	-	1.582.025	1.632.985
Obrigações com Cartões de Crédito	20.061.634	24.513.577	30.688.719	24.740.325
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.320.752	4.708.982	7.071.777	7.366.695
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	5.966.168	5.360.704	6.587.446	5.810.431
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.a)	206.783	277.289	206.783	277.289
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35) ⁽¹⁾	2.641.796	3.562.803	2.657.621	3.572.906
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.120	20.770	21.120	20.770
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 23.i)	622.238	606.109	704.322	687.298
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 23.i)	9.197	8.494	9.197	8.494
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.714.889	1.429.985	1.875.663	1.545.361
Despesas Administrativas	321.089	328.934	451.364	412.219
Outros Pagamentos	35.959	35.094	137.300	118.626
Credores por Recursos a Liberar	1.200.940	514.062	1.200.940	514.062
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	457.364	409.816	457.364	409.816
Fornecedores	492.164	346.078	1.393.942	970.948
Outras	3.637.358	3.189.600	4.876.628	4.263.428
Total	41.709.451	45.312.297	61.824.104	54.135.725
Circulante	26.476.127	33.702.336	39.590.874	39.367.810
Longo Prazo	15.233.324	11.609.961	22.233.230	14.767.915

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2018, inclui os efeitos descritos na nota 35.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN 4.512/2016.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Garantias Prestadas	3.258	3.258	3.258	3.258
Provisão	13.165	13.165	13.165	13.165
Total	16.423	16.423	16.423	16.423

⁽¹⁾ O valor da Adoção Inicial - Resolução CMN 4.512 no valor de R\$325.957 líquido de efeito tributário corresponde a R\$179.278.

⁽²⁾ Corresponde a fiança honrada, mudança de rating e provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22)	4.320.752	4.708.982	7.071.777	7.366.695
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	5.966.168	5.360.704	6.587.446	5.810.431
Ações Trabalhistas	3.561.267	3.407.380	3.882.424	3.606.741
Ações Cíveis	2.404.901	1.953.324	2.705.022	2.203.690
Total	10.286.920	10.069.686	13.659.223	13.177.126

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco					
	01/01 a 30/06/2018			01/01 a 30/06/2017		
	Fiscais ^(a)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.279.109	3.240.115	2.241.047	4.522.224	2.988.869	1.664.642
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(17.173)	513.504	276.710	51.920	529.864	394.075
Atualização Monetária	73.024	310.172	123.406	140.210	295.758	89.413
Baixas por Pagamento	(14.208)	(502.523)	(236.262)	(5.372)	(449.316)	(198.420)
Outros	-	-	-	-	42.205	3.614
Saldo Final	4.320.752	3.561.267	2.404.901	4.708.982	3.407.380	1.953.324
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.167.756	620.580	492.801	1.666.197	538.179	460.842
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	19.457	15.958	9.690	13.485	14.946	1.067
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	1.187.213	636.539	502.490	1.679.682	553.125	461.909

^(a) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

^(b) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recuados.

^(c) Em 30 de junho de 2018, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005 (Nota 23.e).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciárias

Em agosto de 2017, o Banco também aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$292.353 no Banco e R\$292.562 no Consolidado. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435.074 no Banco e R\$435.454 no Consolidado. Na Demonstração dos Resultados de 2017 foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96.029 no Banco e R\$96.129 no Consolidado.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e redições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$299.820 em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R\$491.717, líquido dos efeitos tributários.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.808.491 no Banco e R\$3.580.690 no Consolidado (30/06/2017 - R\$1.730.616 no Banco e R\$3.425.624 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.178/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pelo União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$372.504 no Banco e R\$1.028.133 no Consolidado (30/06/2017 - R\$357.238 no Banco e R\$1.009.281 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$211.513 no Banco e R\$226.947 no Consolidado (30/06/2017 - R\$652.410 no Banco e R\$667.233 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços (Nota 23.h - Risco de Perda Possível).

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$268.772 no Banco e R\$268.780 no Consolidado (30/06/2017 - R\$259.353 no Banco e R\$259.360 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$722.364 (30/06/2017 - R\$704.231) no Banco e Consolidado; em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produtoran Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 30 de junho de 2018 totalizaram R\$1.447 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial o pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas referências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da contação, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tabella).

Pouando, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre o constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das léses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Em maio de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda provável, totalizaram R\$22.957 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidos em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.638 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.502 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2018, o valor era de aproximadamente R\$2.303 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2018, o valor era de aproximadamente R\$1.354 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2018, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma despesa de R\$8.112 (2017 - R\$344), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados de R\$6.118 (30/06/2017 - R\$21.433). Em 2018, foram registrados/realizados resultados no valor de R\$508 (2017 - R\$4.270).

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2018	30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15)	703.274	702.684	(59.435)	(47.306)
Santander Leasing (Nota 15)	442	457	(20)	(13)
Getnet S.A. (Nota 15)	232.653	192.102	(26.548)	(23.240)
BW Guirapá I S.A. (Notas 15 e 37.f)	-	68.300	-	386
Olé Consignado (Nota 15)	417.910	282.581	(60.131)	(13.435)
Banco PSA (Nota 15)	153.151	146.227	(5.856)	(8.170)
Santander Corretora de Seguros (Nota 15)	-	363.402	-	(53.003)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (Nota 2)	148.949	480.394	(7.465)	(26.429)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	301.778	300.160	(11.295)	(20.439)
Santander FI SBAC	60.050	-	(2.017)	-
Ipanema Empreendimentos e Participações	509	-	(359)	-
Rojo Entretenimento S.A.	6.850	-	-	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	50.240	-	(241)	-
Outros	-	8.202	-	1.305
Total	2.075.806	2.544.509	(173.367)	(190.344)

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabeleceram o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2017 foi de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal Mínimo para 5,75%. Para o ano base 2018, a exigência de PR permaneceu em 11,0%, incluindo 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,375% e o Capital Principal Mínimo 6,875%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência Nível I	57.152.800	57.797.157
Capital Principal	52.271.141	53.608.791
Capital Complementar (Nota 21)	4.881.680	4.188.364
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 21)	4.953.371	4.249.894
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	62.106.171	62.047.051
Risco de Crédito (1)	354.413.822	315.850.522
Risco de Mercado (2)	28.802.168	28.223.312
Risco Operacional (3)	37.372.300	31.914.296
Total de RWA (3)	420.588.290	375.988.130
Índice de Basileia Nível I	13,59	15,37
Índice de Basileia Capital Principal	12,43	14,26
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,77	16,50

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias "commodities" (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos alocados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 28 de março de 2018 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2018, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2018.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração Fixa	44.575	42.746
Remuneração Variável	39.334	75.604
Outras (1)	43.988	6.618
Total Benefícios de Curto Prazo	127.898	124.968
Remuneração Baseada em Ações	32.504	1.606
Total Benefícios de Longo Prazo	32.504	1.606
Total (2)	160.402	126.574

(1) No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu realizar a liquidação antecipada de determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.

(2) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no segundo semestre de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$18.269 (2017 - R\$15.350).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%; e
- IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.696	0,1%	3.699	0,1%	7.395	0,1%
Administradores (1)	5.119	0,1%	5.119	0,1%	10.238	0,1%
Outros	359.745	9,4%	387.546	10,6%	747.291	10,0%
Total em Circulação	3.807.780	99,7%	3.668.921	99,7%	7.476.701	99,7%
Ações em Tesouraria	10.915	0,3%	10.915	0,3%	21.830	0,3%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float (2)	363.441	9,5%	391.245	10,7%	754.686	10,1%

	Em Milhares de Ações					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeck B.V. (1)	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,5%	519.268	14,0%	1.041.232	13,8%
Qatar Holding - LLC (Qatar Holding)	115.812	3,0%	115.812	3,1%	231.624	3,1%
Funcionários	4.227	0,1%	4.240	0,1%	8.467	0,1%
Administradores (1)	4.985	0,1%	4.985	0,1%	9.970	0,1%
Outros	256.371	6,7%	284.161	7,7%	540.532	7,1%
Total em Circulação	3.820.615	99,2%	3.681.755	99,2%	7.502.370	99,2%
Ações em Tesouraria	30.356	0,8%	30.356	0,8%	60.712	0,8%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.111	100,0%	7.563.082	100,0%
Free Float (2)	376.410	9,8%	404.213	10,9%	780.623	10,3%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos		Recursos	
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
Disponibilidades	913.820	-	347.421	-
Banco Santander Espanha (2)	892.358	-	342.316	-
Banco Santander (México), S.A. (4)	19.539	-	1.250	-
Banco Santander Totta, S.A. (4)	1.729	-	3.689	-
Diversos	194	-	166	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	58.229.626	2.602.209	51.115.371	2.190.327
Aymoré CFI (3)	36.994.001	1.911.098	30.220.128	1.591.552
Banco Santander Espanha (1)(2)	5.876.528	48.633	11.247.880	43.788
Banco PSA (3)	1.036.057	50.178	828.326	52.714
Banco RCI Brasil S.A. (3)	1.897.954	60.841	883.411	39.322
Banco Bandepe (3)	1.149.229	35.535	-	-
Olé Consignado (3)	11.275.857	495.924	7.935.626	462.951
Títulos e Valores Mobiliários	11.421.920	608.566	47.640.919	3.434.358
Santander Leasing (3)	11.421.920	608.566	47.640.919	3.434.358
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	315.807	273.285	(573.825)	(15.110)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) (4)	275.740	(57.005)	(57.737)	(75.788)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) (4)	(98.406)	(15.046)	(105.418)	(7.766)
Banco Santander Espanha (2)	70.221	122.635	(434.662)	2.568
Santander FI Amazonas (3)	(3.235)	(1.267)	10.161	(18.968)
Santander FI Hedge Strategies (3) (Nota 2)	429.644	480.838	3.964	(168.347)
Getnet S.A. (Nota 12) (3)(6)	-	-	(509)	498
Santander FI Diamantina (3)	(358.157)	(256.870)	10.376	252.693
Relações Interfinanceiras	8.239.565	5.516	-	-
Getnet S.A. (Nota 12)(3)(6)	8.223.746	2.401	-	-
Santander Leasing (3)	15.820	3.115	-	-
Operações de Crédito	-	748	-	289
Cibrasec (3)	-	748	-	289
Dividendos e Bonificações a Receber	529.767	623.256	-	-
Aymoré CFI (3)	85.564	100.664	-	-
Santander Leasing (3)	249.375	293.383	-	-
Santander CCVM (3)	31.107	36.596	-	-
Banco Bandepe (3)	163.721	192.613	-	-

Negociação e Intermediação de Valores

Abbey National Treasury (4)

Banco Santander Espanha (2)

Carteira de Câmbio - Líquida

Banco Santander Espanha (2)

Rendas a Receber

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1)(1)

Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (1)(1)

Valores a Receber de Sociedades Ligadas

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1)(1)

Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (1)(1)

Santander Capitalização S.A. (3)

Aymoré CFI (3)

Santander CCVM (3)

Santander Leasing (3)

Santander Serviços (3)(6)

Santander Microcrédito (3)(6)

Santander Brasil Consórcio (3)

Santander Corretora de Seguros (3)

Getnet S.A. (3)(7)

Diversos

Outros Créditos - Diversos

Banco Santander Espanha (2)

Santander Capitalização S.A. (3)

Banco Santander International (4)

Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (4)

Diversos

Depósitos

Santander Leasing (3)

Banco Santander Espanha (2)

Aymoré CFI (3)

Banco Bandepe (3)

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1)(1)

Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (1)(1)

Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (4)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas				
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(60.568)	(162.148)	(42.831)	(207.813)
Produban Serviços ⁽⁴⁾	(5.187)	(33.651)	(10.740)	(1)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(21.940)	(22.830)	(11.906)	(15.355)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ⁽³⁾⁽¹²⁾	-	(3.979)	(237)	(59.244)
Ingenieria ⁽⁵⁾	(30.700)	(31.051)	(16.099)	(16.099)
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	(70)	(880)	(69)	(917)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(1.254)	(23.476)	(3.780)	(20.356)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(537)	-	-	-
Diversos	(880)	(9.711)	-	(366)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(9.296.966)	(212.297)	(7.976.613)	(110.601)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾⁽⁶⁾	(9.296.966)	(212.297)	(7.976.613)	(110.601)
Despesas com Doações	-	(9.555)	(10.504)	(4.854)
Santander Cultural	-	(1.500)	(2.354)	(1.004)
Fundação Sudameris	-	(7.785)	(7.350)	(3.500)
Fundação Santander	-	(270)	(800)	(350)
Outras Obrigações - Diversas	(35.114)	(213.587)	(16.985)	(372.869)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(882)	-	(2.945)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(26.270)	-	(167.643)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ⁽³⁾⁽¹²⁾	-	(5.435)	-	(18.986)
Ingenieria ⁽⁵⁾	-	(17.390)	-	(19.443)
Produban Serviços ⁽⁴⁾	-	(818)	-	(803)
Aquamina Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(13.268)	-	(12.821)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹¹⁾	(31.201)	(9.613)	(13.478)	(18.609)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.910)	(2.031)	(3.507)	(18.609)
TecBan ⁽¹³⁾	-	(137.482)	-	(132.000)
Diversos	(3)	(397)	-	(159)

⁽¹⁾ Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de julho de 2018 e juros de até 1,89% a.a. (30/03/2018 - com vencimento em 2 de abril de 2018 e juros de até 1,68% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

⁽²⁾ Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterbebeck B.V.

⁽³⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

⁽⁴⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

⁽⁵⁾ Controlada em Conjunto - Banco Santander.

⁽⁶⁾ Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

⁽⁷⁾ Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

⁽⁸⁾ Empresa incorporada em 30 de novembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).

⁽⁹⁾ Empresa incorporada em 31 de agosto de 2017 (Nota 15 e 37.e).

⁽¹⁰⁾ Empresa incorporada em 29 de setembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).

⁽¹¹⁾ Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

⁽¹²⁾ Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.f).

⁽¹³⁾ Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros.

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Administração de Recursos	397.864	440.109	509.829	509.191
Serviços de Conta Corrente	1.618.943	1.378.001	1.624.027	1.397.951
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	592.126	557.546	784.533	740.491
Operações de Crédito	272.934	260.243	465.341	443.197
Rendas de Garantias Prestadas	319.192	297.303	319.192	297.294
Comissões de Seguros	1.087.005	996.035	1.337.795	1.213.836
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.742.245	1.489.031	2.722.640	2.312.010
Cobrança e Arrecadações	750.157	656.161	752.501	663.530
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	272.794	279.801	353.094	340.183
Outras	130.253	75.423	324.406	324.102
Total	6.591.387	5.872.107	8.408.825	7.501.294

28. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	1.912.114	1.984.640	2.083.650	2.171.898
Encargos	774.152	737.064	864.704	802.216
Benefícios	651.484	676.264	715.049	728.280
Treinamento	24.451	18.764	26.848	20.779
Outras	4.464	8.534	4.506	17.490
Total	3.366.665	3.425.266	3.694.757	3.740.663

29. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	981.025	1.653.558	1.242.880	1.902.254
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	888.511	944.673	1.096.786	1.130.258
Comunicações	192.051	196.879	204.207	214.059
Processamento de Dados	966.231	760.580	999.215	830.670
Propaganda, Promoções e Publicidade	190.291	151.289	231.939	187.176
Aluguéis	352.397	360.287	362.629	369.545
Transportes e Viagens	67.478	72.015	82.904	88.024
Serviços do Sistema Financeiro	121.843	107.656	158.088	138.804
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	304.460	297.047	305.241	297.715
Manutenção e Conservação de Bens	122.543	112.687	124.466	115.178
Água, Energia e Gás	94.407	93.872	96.598	95.976
Material	24.502	27.326	25.844	28.930
Outras	180.987	178.695	285.548	285.945
Total	4.486.726	4.956.564	5.216.345	5.684.534

⁽¹⁾ Inclui a amortização de ágio no valor de R\$26.153 (2017 - R\$811.195) no Banco e R\$139.154 (2017 - R\$911.464) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17). A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017, que era o principal ágio que era amortizado.

30. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	548.727	809.569	820.993	1.037.680
Despesa com ISS	307.571	226.610	407.773	275.118
Despesa com PIS ⁽¹⁾	84.331	131.555	142.659	183.838
Outras ⁽²⁾	99.140	161.669	140.667	232.803
Total	1.039.769	1.329.403	1.512.092	1.729.439

⁽¹⁾ Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

⁽²⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

31. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	186.080	181.026
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c) ⁽¹⁾	19.591	-	42.714	-
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.a)	105.590	48.668	105.590	48.668
Atualização de Depósitos Judiciais	274.784	241.911	336.075	322.961
Atualização de Impostos a Compensar	87.996	109.848	113.559	150.390
Recuperação de Encargos e Despesas	637.826	575.347	513.114	448.786
Varição Monetária Ativa	642.083	663.987	642.819	666.864
Outras ⁽²⁾⁽³⁾	997.329	72.883	1.138.951	221.170
Total	2.765.199	1.712.644	3.078.902	2.039.865

⁽¹⁾ No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, inclui o valor de R\$51.215 no Banco e R\$52.606 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e redições (Nota 23.c).

⁽²⁾ No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, inclui, principalmente, o efeito do aumento de contribuição de custeio estabelecida para fins de plano de benefícios pós emprego no montante de R\$816.157 (Nota 22 e 35).

⁽³⁾ No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2017, inclui receita de variação cambial no valor de R\$33.956 no Banco e R\$53.770 no Consolidado.

32. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais	-	-	-	-
Fiscais (Nota 23.c)	-	70.829	-	94.117
Tributárias (Nota 23.c) ⁽¹⁾	513.504	529.864	537.196	567.734
Cíveis (Nota 23.c) ⁽¹⁾	276.710	394.075	326.345	482.607
Despesas com Cartão de Crédito ⁽²⁾	1.032.007	740.349	1.059.492	775.906
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	120.355	99.604	119.489	98.362
Varição Monetária Passiva	375	817	1.096	3.449
Despesas Judiciais e Custas	89.658	72.306	103.017	84.315
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	30.603	28.627	31.365	30.065
Corretagens e Emolumentos	35.382	29.445	36.768	36.187
Comissões	229.554	15.021	804.870	455.580
Avaliação do Valor Recuperável ⁽³⁾	305.864	22.215	305.864	22.215
Outras ⁽⁴⁾	1.735.785	1.650.913	2.210.976	2.176.508
Total	4.369.797	3.654.065	5.536.478	4.827.045

⁽¹⁾ No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, inclui a provisão adicional no montante de R\$358.162.

⁽²⁾ No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, inclui despesa de variação cambial no valor de R\$18.641 (2017 - despesa de R\$1.503) no Banco e no Consolidado.

⁽³⁾ No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, inclui o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (aquisição e desenvolvimento de sistemas) no valor de R\$305.864, registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos (Nota 17).

⁽⁴⁾ Inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios, outras provisões e receita de variação cambial no valor de R\$323.597 (2017 - despesa de R\$79.960) no Banco e receita de R\$324.750 (2017 - despesa de R\$172.469) no Consolidado.

33. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.787	8.588	(1.026)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	50.567	2.145	40.248	3.169
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(14.675)	(266.948)	(10.574)	(332.769)
Despesas com Bens não de Uso	(19.800)	(7.127)	(19.929)	(8.379)
Ganhos (Perdas) de Capital	(2.279)	(7.544)	(2.263)	(9.026)
Outras Receitas (Despesas)	7.182	65.499	11.206	69.954
Total	20.995	(212.188)	27.276	(278.077)

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.126.202	4.913.735	4.929.376	5.828.067
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(839.779)	(622.131)	(900.141)	(664.928)
Juros sobre o Capital Próprio	(600.000)	(500.000)	(600.000)	(500.000)
Resultado não Realizado	-	-	(284)	(319)
Resultado antes dos Impostos	2.686.423	3.791.604	3.428.951	4.662.820
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente⁽⁴⁾	(1.208.890)	(1.706.222)	(1.543.028)	(2.098.269)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	299.067	397.077	(312.529)	7.130
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	161.324	86.039	176.895	110.207
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	2.725.675	360.784	2.725.675	360.784
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	283.729	647.187	265.893	647.371
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	-	-	79.489	66.291
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	18.647	(372.077)	18.256	(407.703)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	225.463	3.799	525.427	45.315
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.505.015	(583.413)	1.936.078	(1.268.874)

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

⁽³⁾ Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

⁽⁴⁾ Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.a).

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 e de 2017:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(18.963)	(8)	(1.409)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(851.358)	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(870.321)	(8)	(1.409)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	61.391	107	76.768
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	61.391	107	76.768
Mudança no Superávit Irrecuperável	(51.535)	(98)	(75.580)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, válidos para 30 de junho de 2018 e de 2017:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2017	31/12/2016
Banesprev		
Plano I	11,26	11,47
Plano II	11,51	11,42
Plano III	9,03	8,44
Plano IV	13,86	16,34
Plano V	8,82	8,57
Pré-75	9,57	9,29
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,41/5,82/6,87	6,22/5,56/6,58
Sanprev		
Plano I	6,46	6,29
Plano II	10,94	12,87
Plano III	9,46	9,12
Bandeprev		
Plano Básico	9,46	9,11
Plano Especial I	6,75	6,54
Plano Especial II	6,61	6,48
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,20	6,59

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clinica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidiz por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45,28% do valor do prêmio. Esse benefício é concedido pelo Banco aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	Banco		Banco	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.245.421)	(714.695)	(3.774.166)	(567.088)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.537.263	-	3.505.199	-
	291.842	(714.695)	(268.967)	(567.088)
Sendo:				
Superávit	291.842	-	-	-
Déficit	-	(714.695)	(268.967)	(567.088)
Valor não Reconhecido como Ativo	291.842	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	-	(714.695)	(268.967)	(567.088)
Contribuições Efetuadas	27.367	17.821	28.020	17.808
Receitas (Despesas) Reconhecidas	766.763	(33.095)	(50.348)	(29.302)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(794.250)	(211.709)	(222.480)	(90.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	70.664	-	432.470	-

	Banco		Banco	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.394.370)	(714.695)	(3.915.920)	(567.088)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.699.606	-	3.636.850	-
	305.236	(714.695)	(279.070)	(567.088)
Sendo:				
Superávit	305.236	-	-	-
Déficit	-	(714.695)	(279.070)	(567.088)
Valor não Reconhecido como Ativo	305.236	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	-	(714.695)	(279.070)	(567.088)
Contribuições Efetuadas	28.043	17.821	28.932	17.808
Receitas (Despesas) Reconhecidas	784.624	(33.095)	(52.162)	(29.302)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(782.926)	(211.709)	(220.979)	(90.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	89.592	-	448.652	-

No semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco		Banco	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(62.179)	2.130	71.818	(433)
Valor Justo dos Ativos do Plano	255.960	-	(216.526)	-
	193.781	2.130	(144.708)	(433)
Sendo:				
Superávit	(98.711)	-	264.725	-
Déficit	-	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	-	(714.695)	(279.070)	(567.088)
Contribuições Efetuadas	28.043	17.821	28.932	17.808
Receitas (Despesas) Reconhecidas	784.624	(33.095)	(52.162)	(29.302)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(782.926)	(211.709)	(220.979)	(90.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	89.592	-	448.652	-

No semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco		Banco	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(65.180)	2.130	74.572	(433)
Valor Justo dos Ativos do Plano	266.776	-	(224.591)	-
	201.595	2.130	(150.019)	(433)
Sendo:				
Superávit	(86.806)	-	274.613	-
Déficit	-	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	-	(714.695)	(279.070)	(567.088)
Contribuições Efetuadas	28.043	17.821	28.932	17.808
Receitas (Despesas) Reconhecidas	784.624	(33.095)	(52.162)	(29.302)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(782.926)	(211.709)	(220.979)	(90.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	89.592	-	448.652	-

No semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco/Consolidado		Banco/Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	(+)	(-)	(+)	(-)
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Instrumentos de Patrimônio	4,6%	1,0%	4,6%	1,0%
Instrumentos de Dívida	94,7%	98,2%	94,7%	98,2%
Bens Imóveis	0,4%	0,3%	0,4%	0,3%
Outros	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco/Consolidado		Banco/Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,12 ⁽¹⁾ e 9,5%	10,17 ⁽²⁾ e 9,7%	10,41 ⁽¹⁾ e 10,90%	10,34 ⁽²⁾ e 10,80%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,12 ⁽¹⁾ e 9,5%	10,17 ⁽²⁾ e 9,7%	10,41 ⁽¹⁾ e 10,90%	10,34 ⁽²⁾ e 10,80%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2018, Banesprev II, V e Pré 75 (30/06/2017 - Banesprev I, II, V e Pré 75 e Sanprev II).

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2018 e de 2017, Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, válidos para 30 de junho de 2018 e de 2017 teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade		Sensibilidade	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	(+)	(-)	(+)	(-)
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	57.001	(63.510)	58.416	(24.839)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	597.410	(665.700)	527.586	(451.242)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

1.1) Programa Local

O período de vesting do plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 encerrou em 2016 e o plano esteve aberto para exercício das opções até 30 de junho 2018, conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2018, permanece em aberto o plano para o segmento *Private Banking* denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo *Private Ultra High*, lançado no segundo semestre de 2017.

(i) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreendeu entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício	SOP2013 ⁽¹⁾
1º	100%	100%
2º	75%	75%
3º	50%	50%

⁽¹⁾ O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período	SOP 2013
Método de Avaliação							<i>Black&Scholes</i>
Volatilidade							40,00%
Taxa de Dividendos							3,00%
Período de Vesting							3 Anos
Momento "Médio" de Exercício							5 Anos
Taxa Livre de Risco							11,80%
Probabilidade de Ocorrência							60,27%
Valor Justo para Ações							R\$5,96
O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A.) em 30 de Junho de 2018 foi de R\$30,71 (30/06/2017 - R\$28,90). Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 não foram registradas despesas "pro rata" dia, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificação de Depósito de Ações - Units (SOP).							
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	1.986.258						
Opções Exercidas (SOP 2013)	(869.247)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018	
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017	1.117.011						
Opções Exercidas (SOP 2013)	(732.169)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018	
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2018	384.842						

(ii) Plano de Incentivo a Longo Prazo Local - Dinheiro
Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High: tem como objetivo alinhar os interesses do Banco Santander e do Participante com objetivo, de um lado, ao crescimento e lucratividade do negócio de *Private e*, de outro lado, ao reconhecimento da contribuição do Participante. O Plano tem como objetivo o pagamento pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável.

Cada participante tem um *target* em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será aplicado sobre o valor de referência, a primeira, paga em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Indicadores - Fase 1 (Valor de Referência)

- BAI de 2017.

Indicadores - Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)

- BAI - 50% (Indicador de Benefícios antes dos Impostos do Segmento *Private Ultra High*);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Definição das Linhas de Defesa

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Em seu trabalho de última etapa de controle existente no Banco, a Auditoria Interna, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

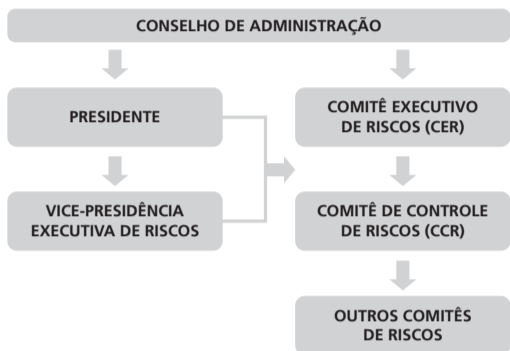
Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação às áreas de negócios;
 - Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
 - Decisões colegiadas e consenso sobre as operações de crédito.
- O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o comitê de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o VPE de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:
- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
 - Decidir sobre propostas de crédito;
 - Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
 - Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
 - Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
 - Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é o responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e Auditoria Interna local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados ("carteirizados" com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados):

- Gestão Individualizada** - é executada por um analista de risco definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Varejo PJ - Caracterizado e Atacado; Corporate e Global Corporate Banking (GCB); e
- Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados (pequenas e médias empresas). Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também naqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e GCB, com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista de riscos e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

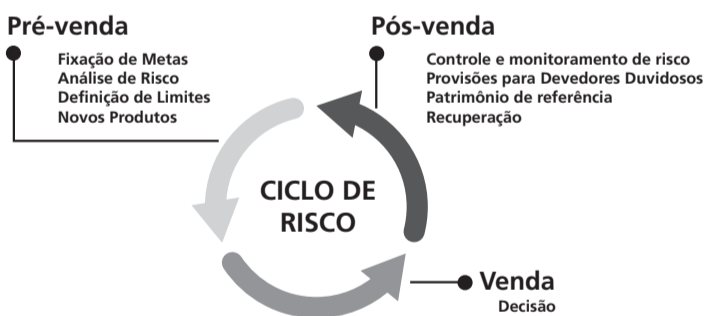
b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições as quais as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de rating de crédito;

- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Executivo do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice-Presidência de Riscos.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante à avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de Apetite ao Risco. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, seguindo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional.

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Quando existe uma negação pela ferramenta automática, pode-se recorrer a análise individualizada pela equipe especializada de Riscos que avalia e pode aprovar os limites ou operações para o cliente, com base em informações judgmentais ou de mercado que o modelo automático não consegue capturar.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e demais entidades do Conglomerado. Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um rating interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com menor periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizados ou visitas do gerente comercial ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos judgmentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade da área Comercial em conjunto com a área de Riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN, que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados anualmente, trimestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação SCAN também pode decorrer da revisão realizada pela Auditoria Interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de gestão.

No caso dos riscos no nível estandarizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções realizadas nos PEC.

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações.

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo "Mapa de Responsabilidade", documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

O Banco utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e aujizar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação, nesse caso somente os direitos creditórios são vendidos. A seu exclusivo critério, Banco pode manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Gerenciamento de Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº 14 da Febraban, estabelece princípios e diretrizes e consolida políticas e procedimentos específicos para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas, incluindo o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades. O Banco possui um executivo estatutário responsável pelo cumprimento dessa política. Em 2016, a PRSA foi revisada e se mantém como um importante impulsionador da gestão socioambiental.

Com o objetivo de atender os compromissos assumidos na PRSA, são mantidas, como parte da governança, instâncias, ferramentas e processos de gerenciamento de risco socioambiental. Neste contexto, em 2017 a governança ficou mais robusta, com a instauração do Comitê Sênior da PRSA, composto por Vice-presidentes e Diretores das áreas de Risco, Compliance, Recursos Humanos, Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade. Este grupo tem o papel de decidir sobre temas estratégicos e acompanhar o andamento dos processos críticos, fazendo a ponte entre o Comitê Executivo e as demais instâncias de governança da PRSA. Além disso, a área de Auditoria Interna conduz o processo de supervisão do cumprimento dos compromissos assumidos na PRSA e em políticas associadas.

Complementam os compromissos assumidos na PRSA, os presentes em outras políticas do Banco, como por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e homologação de Fornecedores, Política de Direitos Humanos, Políticas de Risco Socioambiental e a Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar quanto à estratégia de Investimento Social Privado e apresentar diretrizes para a criação e manutenção de programas sociais que fortaleçam essa estratégia, de forma a concretizar sua contribuição para que as pessoas e os negócios prosperem.

Além dessas, o Banco possui procedimentos e uma gestão que tem o propósito tanto de mitigar o risco que fatores externos trazem aos negócios, como de gerenciar impactos gerados pelo Banco e que podem se estender à sociedade e ao meio ambiente.

Um risco direto gerado pela atividade bancária é a inadequação na concessão ou no uso do crédito, como pode gerar super endividamento, especialmente das famílias. Para mitigar esse risco, estratégias baseadas em dados comportamentais dos consumidores são adotadas antes mesmo que haja inadimplência. Além disso, o Santander possui propostas de renegociação de dívidas adequadas à capacidade de pagamento individual.

Outro risco crucial está relacionado aos impactos, eventualmente causados por projetos e companhias que o Banco decide financiar. Nesse caso o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. O gerenciamento de risco socioambiental no Santander é realizado por meio da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. Até 2017, a análise de risco socioambiental era aplicada ao Banco de Atacado e, desde 1 de janeiro de 2018, passou a ser realizada também para clientes do Varejo.

O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado. A disseminação desta prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador. Esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Além disso, no cálculo do rating de crédito, o Banco inclui uma nota para as práticas sociais e ambientais dos clientes do segmento Corporate - empresas com faturamento acima de R\$200 milhões. A iniciativa chamada de Rating Socioambiental traz benefícios diretos para: i) o cliente, que tem suas boas práticas socioambientais recomendadas com melhores condições no crédito; ii) o Banco, que tomou sua análise de crédito ainda mais completa; iii) a sociedade, pois ao estimular as boas práticas no negócio de seus clientes, o Banco promove e incentiva a responsabilidade corporativa em diferentes cadeias e setores. Já o relacionamento entre o Santander e seus fornecedores está respaldado pelas diretrizes do Pacto Global - iniciativa da ONU para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007. Estas diretrizes estão presentes no processo de concorrência, homologação e contratação. Durante o processo de homologação, os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, e para 100% dos fornecedores de criticidade alta, o Banco possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF).

Na formalização da prestação de um serviço ou aquisição de um bem, o Banco utiliza contratos que possuem cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global. O Banco implantou o Marco Corporativo de Acordos com Terceiros e Controle de Fornecedores, que estabelece diretrizes que regulam a relação das entidades do Grupo com os fornecedores, com objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio, desde o processo de contratação e/ou terceirização de serviços, bem como durante a vigência do contrato. Durante a prestação de serviço, o Banco tem um processo de monitoramento de seus fornecedores, verificando a regularidade das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas e a transparência na relação com a Administração Pública, permitindo a adoção de ações para mitigação de riscos. Este processo considera riscos como: Tecnológicos e Operacionais, Reputacionais, Legais, Compliance, Sustentabilidade, entre outros.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (Risk Identification & Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento dos indicadores de capital.

No Banco Santander, há um VPE responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, as quais são diretrizes para o cálculo, gestão, controle e reporte de capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN 4.557/2017.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição Isban Brasil e Produban

O Banco Santander adquiriu, em 19 e 28 de fevereiro de 2018, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil S.A., detidas pela Engenharia de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática S.A., detidas pela Produban Serviços Informáticos Gerais, S.L., pelos valores de R\$61.078 e R\$42.731, respectivamente. As partes envolvidas na transação possuíam o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum e foram realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática S.A. incorporou a Isban Brasil S.A., e na mesma data, a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A.

b) Constituição Santander Auto

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo CADE em 02 de fevereiro, pelo Bacen em 30 de abril, e em 15 de maio, recebeu aprovação prévia da SUSEP. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de demais condições precedentes.

c) Aquisição das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander (Nota 15), celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda., Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. e do Fundo Investimento Ipanema NPL V. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

d) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A., cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolveu um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

e) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

No dia 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios e Serviços S.A., 100% detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

f) Criação Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Amoryé CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O banco será detido 50% pela Amoryé CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em Decreto Presidencial de 18 de setembro de 2017, o governo brasileiro reconheceu ser de interesse a participação estrangeira no Banco. Em 27 de setembro de 2017 o Bacen manifestou-se favoravelmente ao projeto. Em 11 de abril de 2018, as partes constituiram, com participação de 50% da Amoryé e 50% da Hyundai Capital, a sociedade BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., entidade não operacional, que, em 08 de maio de 2018, foi transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A., e teve seu capital social aumentado em R\$ 99.995, passando ao montante de R\$ 100.000, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os atos constitutivos do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. encontram-se em análise perante o Bacen e sua atuação como instituição financeira na categoria banco múltiplo está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento daquela autarquia. A Amoryé CFI detém o controle desta sociedade.

g) Outros Movimentos Societários

Foram realizados os seguintes atos societários:

- Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., e seu capital social aumentado em R\$150.000 passando o capital social para o valor de R\$270.000, dividido em 265.419,392 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Santander Brasil.
- Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato para venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapá I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado a partir de 01 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída (Notas 15 e 33).
- Em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros (Nota 15). Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) do capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços.
- Em 26 de outubro de 2017, após o Bacen emitir ofício se manifestando favoravelmente a operação, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações da Webcasas S.A. detidas pela Santander Serviços. Em 1º de novembro de 2017, a Webcasas S.A. passou a denominar-se Santander Holding Imobiliária S.A. e teve seu objeto social alterado para compreender atividades voltadas a negócios imobiliários.
- Em 29 de setembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

38. Outras Informações

a) As coberturas e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$37.861.502 (30/06/2017 - R\$34.656.684) no Banco e R\$38.341.529 (30/06/2017 - R\$35.802.071) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$1.867.850 (30/06/2017 - R\$1.729.466) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$201.412.246 (30/06/2017 - R\$171.886.792) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros com vigência em 30 de junho de 2018 na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.316.447 (30/06/2017 - R\$876.447) no Banco e R\$1.323.806 (30/06/2017 - R\$883.806) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$148.499 (30/06/2017 - R\$148.499) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Banco/Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017

Operações Ativas Vinculadas

Operações de Crédito

Obrigações por Operações Ativas Vinculadas

Depósitos

Resultado Líquido

Não existem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
PRESIDENTE Álvaro Antônio Cardoso de Souza	VICE-PRESIDENTE Sergio Agapito Lires Rial
CONSELHEIROS Conrado Engel José Antonio Alvarez Alvarez José de Paiva Ferreira José Maria Nus Badia	
CONSELHEIROS INDEPENDENTES Celso Clemente Giacometti Deborah Patricia Wright Deborah Stern Vieitas José Luciano Duarte Perido	
DIRETORIA EXECUTIVA DIRETOR PRESIDENTE Sergio Agapito Lires Rial	
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO SÊNIOR José de Paiva Ferreira	
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES Angel Santodomingo Martell	
DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS Jean Pierre Dupui Juan Sebastian Moreno Blanco Manoel Marcos Madureira	
DIRETORES EXECUTIVOS José Roberto Machado Filho	
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA Alexandre Grossmann Zancani Amancio Acúrcio Gouveia André de Carvalho Novaes Carlos Aguiar Neto Cassio Schmitt Claudence Lopes Duarte Edeilson Viani	
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA Germanuela de Almeida de Abreu Gilberto Duarte de Abreu Filho Gustavo Alejo Viviani Igor Mario Puga José Teixeira de Vasconcelos Neto Leopoldo Martinez Cruz Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt	
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA Luiz Masagão Ribeiro Filho Marcelo Malanga Marino Alexandre Calheiros Aguiar Nilton Sergio Silveira Carvalho Rafael Bello Noya Ramón Sanchez Diez Reginaldo Antonio Ribeiro	
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA Roberto de Oliveira Campos Neto Robson de Souza Rezende Rodrigo Cury Ronaldo Wagner Rondinelli Sérgio Gonçalves Thomas Gregor Iij Ulisses Gomes Guimarães	
CONTADOR José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
 Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

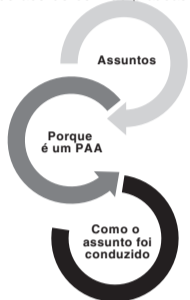
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i) e 8) A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Banco Central do Brasil - (BACEN), notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vencidas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito. Da mesma forma, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco de valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis com os relativos analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes com o exercício anterior e razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(s), 3(t) e 11) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos, bem como de prejuízos fiscais, incluindo bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo. A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas. Considerando a subjetividade inerente a esse processo, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a completude das informações e o valor correto das provisões. Com o apoio de nossos especialistas, realizamos entendimento quanto a razoabilidade do prognóstico de perda de novas causas significativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas estão consistentes com o exercício anterior, e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 23) O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração do Banco, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a completude das informações e o valor correto das provisões. Com o apoio de nossos especialistas, realizamos entendimento quanto a razoabilidade do prognóstico de perda de novas causas significativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas estão consistentes com o exercício anterior, e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Planos de benefício pós-emprego (Notas 3(n) e 35) O Banco e suas controladas mantêm planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, decorrentes de planos existentes em instituições adquiridas em exercícios anteriores, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade. Essa permanece como uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós-emprego. Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à integridade e adequação das bases de dados, à existência e valor correto dos ativos dos planos de benefício e de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais. Atualizamos nosso entendimento quanto às modalidades de planos em vigor e correspondentes modificações durante o semestre, bem como das metodologias e os julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações, em comparação com os parâmetros de mercado e práticas contábeis em vigor. Confirmamos a consistência das premissas mais relevantes adotadas nos cálculos atuariais com aquelas adotadas na última avaliação atuarial anual, bem como avaliamos a razoabilidade das alterações de premissas efetuadas pela Administração. Também, em base amostral, realizamos testes de existência e de recálculo do valor justo dos ativos financeiros dos planos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para planos de benefícios pós-emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 30 DE JUNHO DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.fi.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2018. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Os relatórios das atividades e as atas das reuniões do Comitê são regularmente enviados ao Conselho de Administração, com o qual o Comitê de Auditoria reune-se regularmente no primeiro semestre de 2018.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap, Conglomerado Prudencial e IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado contabilizado do 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2018, da Companhia e do Conglomerado Prudencial em padrão BrGaap, além das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 2º trimestre de 2018 conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das Reuniões do Comitê de Riscos e Compliance - Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de Compliance e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (nova denominação do Canal de Denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2018, além de verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g), 3(h) e 6) A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros mantém-se como área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que parte desses instrumentos depende de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros com pouca liquidez e mercado ativo são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e contratos de derivativos.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos. Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 36) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de Tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
 Contador CRC 1SP127241/O-0

destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como "A melhorar" ou "Insatisfatório". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Além disso, no período reportado, participou ativamente do processo de substituição do Diretor de Auditoria Interna, conforme rodízio periódico estabelecido pela Companhia em observância das melhores práticas aplicáveis à matéria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2018. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2018, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no primeiro semestre de 2018, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) monitoramento de adequação de Planos de Previdência; (ii) monitoramento dos Órgãos recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento à demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) revisão e aprovação de Política para Contratação de Serviços Externos não Relacionados à Auditoria junto à firma de Auditoria; e (v) acompanhamento da adoção da norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do Comitê, e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Santander e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2018, e às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 2º trimestre de 2018, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 20 de julho de 2018.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas - Coordenador
 Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro
 Maria Elena Cardoso Figueira
 Julio Sergio de Souza Cardoso